

farmácia, odontologia, obstetrícia e química industrial. Começou a funcionar regularmente a 15 de março de 1899.

A Faculdade de Direito seguiu-se logo após a criação da Escola de Engenharia e da Faculdade de Medicina.

Foi, a 10 de fevereiro de 1900, que se realizou, na Sala do Conselho Superior da Instrução Pública, a primeira reunião preparatória dos fundadores, sob a presidência do desembargador James de Oliveira Franco. A 17 do mesmo mês e ano, foi discutido e votado o projeto de Estatuto, elaborado pela comissão integrada dos Drs. James Darcy, Artur Pinto da Rocha e Plínio Casado.

E a 3 de maio do mesmo ano, verificou-se a solene instalação da Faculdade Livre de Direito.

A 16 de novembro de 1909, o Diretor da Faculdade, professor Manoel André da Rocha, apresentou à Congregação, juntamente com os professores Leonardo Macedônia de Franco e Sousa e Francisco Rodolfo Simch, proposta para criação de uma Escola de Comércio anexa à Faculdade. A 26 do mesmo mês e ano, foi aprovada a indicação e criada a Escola de Comércio, que iniciou, no ano seguinte, suas atividades. Posteriormente, foi a Escola desanexada da Faculdade de Direito, passando a constituir a atual Faculdade de Ciências Econômicas.

Novas construções da Universidade.

Em obras:

Pôrto Alegre:

Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina
Faculdade de Farmácia
Escola de Enfermagem
Faculdade de Ciências Econômicas
Faculdade de Odontologia
Hospital de Clínicas Veterinárias
Instituto de Ciências Naturais.

Santa Maria:

Faculdade de Farmácia.

Pelotas:

Faculdade de Odontologia.

Em projeto:

Reitoria da Universidade.
Faculdade de Arquitetura.

Centro Social da Escola de Agronomia e Veterinária.
Centro Residencial da Escola de Agronomia e Veterinária.
Centro de Pesquisas Físicas Modernas.
Instituto Astronômico.
Instituto de Hidrologia.

A Universidade está ampliando a área de sua propriedade, que é de 555 ha. sita no Morro de Santana, local onde será erigida a Cidade Universitária.

As áreas adicionais indispensáveis, mais 186 ha. já foram declaradas de utilidade pública para efeito de desapropriação, tendo sido nomeada uma comissão para providenciar a compra imediata das referidas áreas. Uma comissão a ser constituída em breve tomará a seu cargo os trabalhos de planejamento urbanístico e arquitetônico. (Os dados sobre a Universidade do Rio Grande do Sul foram tirados de — *Pôrto Alegre* — Monografia editada sob os auspícios da Prefeitura Municipal — Compilação de Walter Spalding.)

9. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, PÔRTO ALEGRE.

Em 19 de março de 1927 foi fundado em Pôrto Alegre um Instituto Superior de Comércio, anexo ao Ginásio Nossa Senhora do Rosário. Este Instituto foi reconhecido oficialmente pelo Governo Federal, pela Portaria de 14-4-1928, sendo o primeiro estabelecimento de ensino comercial reconhecido na vigência do Decreto nº 17.329, de 28 de maio de 1927. Este Instituto deu origem à Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, com a criação do Curso Superior de Administração e Finanças em 19 de março de 1931. Esta Faculdade foi reconhecida pelo Decreto nº 23.993, de 12 de março de 1934.

Os Irmãos Maristas tomaram mais tarde a iniciativa da fundação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras com o objetivo de formar candidatos ao magistério secundário e superior. Esta Faculdade, autorizada pelo Decreto nº 5.163, de 23 de janeiro de 1940, foi instalada a 26 de março de 1940.

Em março de 1945 foi fundada a Escola Superior de Serviço Social.

Em 1947 foi lançada a Faculdade de Direito. A Escola de Jornalismo foi fundada em 1952 e a Faculdade de Odontologia foi inaugurada em 1953.

A Universidade Católica foi reconhecida e equiparada pelo Decreto nº 25.794, de 9 de novembro de 1948.

Finalmente, a Sagrada Congregação de Seminários e Universidades de Roma, outorgou à Universidade Católica o título de Pontifícia por Decreto de 1º de novembro de 1950.

Para o ensino das diversas disciplinas, a Universidade conta com laboratórios bem montados, como sejam: biologia, botânica, zoologia, mineralogia e petrografia, geologia e paleontologia, química geral, química analítica, química biológica, física, antropologia e etnografia.

Em 1953, a Universidade criou o Instituto de Psicologia com uma clínica de conduta.

A Biblioteca Central da Universidade conta com mais de 20.000 volumes.

A Universidade mantém as seguintes escolas:

- 1 — Faculdade de Direito.
- 2 — Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, com os cursos de:

Ciências Econômicas — Ciências Contábeis e Ciências Atuariais.

- 3 — Faculdade de Odontologia.
- 4 — Escola de Jornalismo.
- 5 — Faculdade de Filosofia, com os cursos de:

Filosofia, matemática, física, química, história natural, geografia e história, ciências sociais, letras clássicas, neolatinas, anglo-germânicas, pedagogia e didática.

(Os dados sobre a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Pôrto Alegre, foram tirados de *Pôrto Alegre* — Monografia editada sob os auspícios da Prefeitura Municipal — Compilação de Walter Spalding.)

CAPÍTULO IX

SINOPSE ESTATÍSTICA

Nos capítulos anteriores do presente trabalho, tivemos oportunidade de fazer referências constantes a dados estatísticos, com êles jogando nas diversas tentativas de interpretação dos fatos educacionais do Rio Grande do Sul. Assim, porém, solicitados pela natureza de cada assunto tratado, os dados estatísticos não apresentam uma sistemática que permita a visão geral, numérica, do panorama educacional sul-rio-grandense. Daí a necessidade de uma sinopse estatística que facilite conferir o que foi dito nas diversas interpretações apresentadas, e que sugiram a correção ou novas interpretações complementadoras.

Na falta de dados mais recentes e complexos, lançamos mão do *Anuário de Estatísticas Educacionais e Culturais*, 1950, publicado pela Diretoria de Estatística Educacional, do R. G. do Sul. Nos capítulos anteriores fizemos uso freqüente de números mais atuais, que deixam de ser reproduzidos aqui por serem parciais e, não raramente, sujeitos a correções, como, aliás indicamos tôda vez em que foram utilizados.

Aliás, em matéria de estatística educacional, as divergências no Brasil são uma constante. A própria publicação de que nos vamos valer, dá logo na apresentação idéia disso. Citando o S.E.E.S. do Ministério da Educação, diz que “registrando o Brasil, em 1950, a matrícula real de 6.707.000 crianças de 7 a 12 anos, teoricamente obrigada a freqüentar a escola primária. Vale dizer que a matrícula efetiva de nossas escolas, constituída de alunos de tôdas as idades, e, no caso, inclusive adultos, não ultrapassa a 65,7% do número de crianças que deviam constituir seu discipulado”...

Essa forma de registrar uma percentagem considerando, de um lado, a matrícula de tôdas as escolas, abrangendo diversas idades, e, de outro, crianças de determinada idade, conduz a equívocos, pois, tomando-se outro critério de cálculo, encontra-se diferente percentagem, surgindo divergência que nem sempre se pode compreender à primeira vista. No caso acima, o leitor pode fixar apenas que a escola atende a 65,7% das crianças brasileiras de 7 a 12 anos de idade.

Entretanto, num dos gráficos dêste trabalho (nº 14) apresentamos a percentagem de quase 55%, porque nos baseamos em dados fornecidos pelo I.B.G.E., relativos somente à matrícula em unidades de ensino fundamental comum (primário propriamente dito). Agora mesmo, abrindo o *Anuário Estatístico do Brasil*, relativo a 1953, encontramos à pág. 394 uma tabela que dá, como matrícula geral, relativa ao ano de 1951, para o ensino primário geral, o total de 4.432.582 e, para matrícula efetiva, o total de 3.381.931. Para o leitor menos avisado haveria nova divergência, pois pareceria que, de 1950 para 1951, tendo em vista o número acima citado, não houve aumento de matrícula...

Continuemos, porém, *data venia*, a transcrever alguns dos comentários feitos pela Diretoria de Estatística Educacional do Rio Grande do Sul, capazes de fornecer uma idéia geral da situação relativa do Estado em face do Brasil.

Para que tal situação seja melhor apreciada, é preciso não esquecer que, se tomarmos as variáveis população, economia, possibilidades financeiras, a posição natural do Rio Grande do Sul é o de 3º ou 4º lugar entre as Unidades federadas, incluindo o Distrito Federal, de modo que toda vez em que, no setor da cultura e da educação, ocupar lugar inferior ao 4º, significará isso deficiência relativa, comparado aos demais Estados.

Dentre as Unidades federadas cujas escolas registram mais de 100 alunos por mil habitantes — comenta a Diretoria de Estatística Educacional — ou seja mais de 10%, número considerado razoável, embora insuficiente, encontram-se: Amapá, com 178,83 por mil; Santa Catarina, com 119,23 por mil; Pará, com 107,39 por mil; Espírito Santo, com 106,04 por mil; Distrito Federal, com 102,10 por mil, e Rio Grande do Sul, com 101,96. Evidencia-se, em face desses coeficientes, que o Amapá e Santa Catarina são as Unidades federadas que mais se empenham pela escolarização de seus habitantes, buscando recuperação efetiva dos que não freqüentaram escolas na idade própria. Aliás, observamos nós, os grandes Estados, como o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo parece que, neste sentido, são os que menos se esforçam. É possível que, por um fenômeno de saturação — observamos nós — tendo atingido nível mais elevado de desenvolvimento cultural (maior percentagem de alfabetizados) limitem à escola primária comum a transmissão das técnicas culturais fundamentais (ler, escrever, calcular). Mas é possível também que, mais desenvolvidos, tenham maiores problemas de outra ordem a atender, de modo que, no que diz respeito a custeio do ensino e a

inversões em instalações escolares, se vejam na contingência de parcimônia relativamente maior. É possível ainda que os dois fatores contribuam para menor proporção de alunos matriculados sobre a população.

As percentagens, entretanto, de alfabetizados sobre a população de 10 e mais anos de idade, não distinguem entre os grandes Estados e outros, menores quanto à população e aos recursos. O Rio Grande do Sul apresenta, neste particular, a maior percentagem, 65,83%, seguido de São Paulo com 65,37% e de Santa Catarina com 64,20%; os demais Estados apresentam todos menos de 56%, sendo que Alagoas, Maranhão, Piauí, Paraíba, Ceará, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Goiás e Sergipe apresentam menos de 35%.

1. RESULTADOS GERAIS DO RIO GRANDE DO SUL.

Conforme as diversas modalidades do ensino primário geral, as séries educacionais do Estado registram progresso, salvo quanto ao maternal. Em relação ao triênio 1948-1950, esse crescimento foi o que se apura no quadro a seguir:

ENSINO	MATRÍCULA EFETIVA		
	1948	1949	1950
Material.....	362	331	290
Infantil.....	5 900	6 440	7 214
Comum.....	342 599	465 140	374 218
Supletivo.....	33 326	35 144	37 279
Complementar.....	14 646	14 986	15 804
SOMAS.....	396 833	422 041	434 805

Ministraram ensino primário no último dos anos citados: 2 unidades escolares federais, com 2 professores; 1.777 estaduais, com 6.458 docentes; 6.473 municipais, com 7.867 mestres, e 1.796 particulares, com 3.603. Estiveram, assim, em exercício 17.930 professores (compreendidos os desdobramentos de horários), de onde a média geral de 24 alunos por aula. Da distribuição das escolas entre as populações urbanas e rurais verifica-se que, não obstante o contínuo progresso

educacional do Estado, só poucos municípios, e em regra os de menor território, estão atendendo satisfatoriamente a ambas as zonas. Entre as comunas nessas condições se encontram as de Antônio Prado, Farroupilha, Flôres da Cunha, Garibaldi e Nova Prata e registram pequenos *deficits* facilmente sanáveis as de Bento Gonçalves, Cai, Canela, Estrêla, Jaguari, Getúlio Vargas, Guaporé e Marcelino Ramos, todos ou quase todos municípios agrícolas da Encosta da Serra e do Planalto Médio.

Atendem convenientemente às populações urbanas, além das aludidas cidades, as de Aparados da Serra, Arroio do Meio, Caçapava do Sul, Cacequi, Camaquã, Candelária, Encantado, Encruzilhada do Sul, General Câmara, General Vargas, Júi, Júlio de Castilhos, Lavras do Sul, Osório, Piratini, Rio Pardo, Santa Maria, Santa Rosa, Santa Cruz do Sul, Santo Antônio, São Francisco de Paula, Santiago, São Luís Gonzaga, São Pedro do Sul, São Sepé, Taquari, Três Passos, Varcaria, Venâncio Aires, Veranópolis e Viamão.

Para contraste, acusam *deficits* acentuados: Pôrto Alegre (18.250), Pelotas (3.684), Rio Grande (3.469), Uruguaiana (1.402), Novo Hamburgo (1.242), Canoas (1.168), Livramento (919), Caxias do Sul (887), Bagé (689), Cachoeira do Sul (546), Santo Ângelo (506), além de outros em menor escala, como Alegrete, São Borja, São Leopoldo, Carazinho e São Gabriel.

Quanto à população rural, os maiores *deficits* são os de Três Passos (6.936), Soledade (5.442), Palmeira das Missões (4.473), Passo Fundo (4.136), Lagoa Vermelha (3.707), Canguçu (3.733), Cachoeira do Sul (2.840), Encruzilhada do Sul (2.661), Santa Cruz do Sul (2.507), além de muitos outros municípios que se situam na classe de entre 1.000 e 2.500 crianças rurícolas sem escolas.

Segundo a estimativa em aprêço, que é mínima, como se terá visto, pois, na matrícula se incluem alunos até 14 anos e mais, não frequentam escolas nas cidades cerca de 38.500 e nas zonas rurais mais de 114.000 crianças rio-grandenses em idade escolar.

Isto não obstante ainda o último censo aponta, como todos os anteriores, o Rio Grande do Sul, logo após o Distrito Federal, como a unidade de maior alfabetização do país (65,83%), tendo progredido em cerca de 5% no período intercensitário.

Servem assim os números transcritos para caracterizar a extensão do problema e as dificuldades que defronta por toda a parte a alfabetização dos brasileiros.

MATRÍCULA GERAL E EFETIVA — 1948-50
Movimento segundo a modalidade do ensino e os anos dos cursos

ENSINO	No 1.º ano		No 2.º ano		No 3.º ano		No 4.º ano	
	Geral	Efetiva	Geral	Efetiva	Geral	Efetiva	Geral	Efetiva
M A T R Í C U L A								
Em 1948:								
Maternal.....	452	330	19	19	13	13	—	—
Infantil.....	5 740	4 356	987	777	978	758	—	—
Comum.....	218 183	180 530	93 826	79 081	61 573	51 832	37 236	31 156
Supletivo.....	24 621	17 098	15 117	10 430	7 662	5 020	1 102	778
Complementar.....	16 594	14 179	540	467	—	—	—	—
TOTAL.....	265 590	216 493	110 491	90 783	70 226	57 623	38 238	31 934
Em 1949:								
Maternal.....	475	327	8	4	—	—	—	—
Infantil.....	6 220	4 769	1 031	834	1 050	837	—	—
Comum.....	228 641	190 473	100 380	85 769	65 942	56 246	37 939	32 652
Supletivo.....	24 872	18 798	15 993	11 219	7 173	4 449	740	496
Complementar.....	16 607	14 531	515	455	—	—	—	—
TOTAL.....	276 815	228 898	117 927	98 281	74 106	61 532	38 679	33 148
Em 1950:								
Maternal.....	462	290	—	—	—	—	—	—
Infantil.....	6 908	5 315	1 077	868	1 320	1 031	—	—
Comum.....	233 191	189 783	105 411	88 026	72 244	60 667	42 126	35 562
Supletivo.....	24 786	18 062	18 024	12 656	9 904	6 561	—	—
Complementar.....	18 083	15 785	19	19	—	—	—	—
TOTAL.....	283 440	229 235	124 531	101 749	83 468	68 259	42 126	35 562

UNIDADES ESCOLARES

Discriminação segundo as diversas características do ensino

ESPECIFICAÇÃO	RESULTADOS		
	em 1948	em 1949	em 1950
TOTAL GERAL.....	8 911	9 462	10 048
Segundo a dependência administrativa:			
No ensino público:			
Federal.....	4	2	2
Estadual.....	1 717	1 721	1 777
Municipal.....	5 584	6 070	6 473
No ensino particular.....	1 606	1 669	1 796
Segundo a localização			
Urbanas.....	1 531	1 660	1 631
Distritais.....	823	850	901
Rurais.....	6 557	6 952	7 516
Segundo o tipo:			
Grupos escolares.....	2 177	2 243	2 332
Escolas reunidas.....	664	715	800
Escolas singulares.....	6 070	6 504	6 916
Segundo os turnos:			
Funcionando em um só turno....	8 189	8 605	9 078
Funcionando em dois turnos.....	706	931	939
Funcionando em três turnos.....	16	26	31
Segundo a natureza do ensino:			
Pré-primário:			
Maternal.....	5	7	4
Infantil.....	167	170	207
Pré-fundamental:			
Comum.....	6 821	7 406	7 759
Supletivo.....	1 032	948	1 699
Primário complementar:			
Pré-vocacional.....	878	919	967
Vocacional.....	8	12	12
Segundo a extensão do ensino:			
Cursos de 1 ano.....	952	997	1 074
Cursos de 2 anos.....	46	39	8
Cursos de 3 anos.....	1 545	1 493	1 679
Cursos de 4 anos.....	6 368	6 933	7 287
Segundo o sexo dos alunos:			
Masculino.....	177	184	196
Feminino.....	84	84	94
Misto.....	8 650	9 194	9 758
Segundo a condição do aluno:			
Para crianças.....	7 879	8 514	7 970
Para adolescentes e adultos....	1 032	948	2 078
Segundo os diretores:			
Dirigido por homens.....	1 990	2 221	2 426
Dirigido por mulheres.....	6 921	7 241	7 622
Segundo a especialização dos diretores:			
Dirigido por normalistas.....	1 990	1 966	2 038
Dirigido por n/normalistas.....	6 921	7 496	8 010

CORPO DOCENTE — 1948-50

Discriminação segundo a dependência administrativa, a natureza do ensino, a localização das unidades e o sexo dos diretores.

ESPECIFICAÇÃO	RESULTADOS		
	em 1948	em 1949	em 1950
TOTAL GERAL.....	16 396	17 256	17 930
Segundo a especialização:			
Normalistas.....	6 413	6 288	6 333
Professores sem curso normal....	9 983	10 968	11 597
Segundo a dependência administrativa:			
No ensino público:			
Federal.....	12	3	2
Estadual.....	6 277	6 484	6 458
Municipal.....	6 754	7 400	7 867
No ensino particular.....	3 353	3 369	3 603
Segundo a natureza do ensino:			
Pré-primário:			
Maternal.....	9	13	10
Infantil.....	267	320	389
SUB-TOTAL.....	276	333	399
Primário fundamental			
Comum.....	12 641	13 510	14 033
Seletivo.....	1 731	1 676	1 842
SUB-TOTAL.....	14 372	15 186	15 875
Primário complementar:			
Pré-vocacional.....	1 722	1 694	1 616
Vocacional.....	26	43	40
SUB-TOTAL.....	1 748	1 737	1 656
Segundo a localização das escolas:			
Urbanas.....	6 914	7 095	7 066
Distritais.....	1 729	1 767	1 805
Rurais.....	7 753	8 394	9 059
Segundo a função desempenhada:			
Professores com regência de classe	14 508	15 283	16 272
Auxiliares.....	1 888	1 973	1 656
Segundo o sexo:			
Homens.....	2 456	2 716	2 894
Mulheres.....	13 940	15 540	15 036

(Funções desempenhadas no fim do ano letivo, inclusive desdobramento.)

SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO

SEGUNDO A ENTIDADE MANTENEDORA

MUNICÍPIOS	Federais		Estaduais		Municipais		PARTICULARES		Urbanas	Distritais	Rurais	Total
							Subven- cionadas					
							Subven- cionadas	Não subven- cionadas				
1 — PÓRTO ALEGRE.....	—	79	1	58	16	129	3	22	154			
2 — Alegrete.....	—	10	37	1	5	15	1	37	53			
3 — Antônio Prado.....	—	5	40	3	—	3	3	42	48			
4 — Aparados da Serra.....	—	5	40	1	2	2	—	45	48			
5 — Arroio Arande.....	—	3	23	2	5	2	5	26	33			
6 — Arroio do Meio.....	—	7	14	40	—	4	1	56	61			
7 — Bagé.....	—	13	62	11	16	42	5	55	102			
8 — Bento Gonçalves.....	—	9	74	—	3	6	4	76	86			
9 — Bom Jesus do Triunfo.....	—	6	25	—	—	2	—	32	34			
10 — Caçapava do Sul.....	—	5	50	—	—	6	1	49	56			
11 — Cacequi.....	—	4	14	—	—	5	4	14	23			
12 — Cachoeira do Sul.....	—	21	127	21	21	19	12	150	181			
13 — Caf.	—	17	70	23	2	5	8	99	112			
14 — Camaquã.....	—	3	52	4	1	2	1	57	60			
15 — Candelária.....	—	5	48	3	—	4	1	51	56			
16 — Canela.....	—	4	19	2	—	8	—	17	25			
17 — Canguçu.....	—	5	77	—	19	2	5	94	101			
18 — Canoas.....	—	9	22	4	4	11	2	26	39			
19 — Carazinho.....	—	11	94	2	17	14	10	100	124			
20 — Caxias do Sul.....	—	21	100	14	10	27	10	108	145			
21 — Cruz Alta.....	—	12	107	20	18	24	19	114	157			
22 — D. Pedrito.....	—	9	33	3	7	12	2	38	52			
23 — Encantado.....	—	9	77	—	4	3	6	81	90			
24 — Encruzilhada do Sul.....	—	4	73	—	3	4	3	74	80			

25 — Erechim.....	—	9	214	52	—	10	14	251	275
26 — Estréla.....	—	12	28	39	3	4	8	70	82
27 — Farroupilha.....	—	6	46	4	2	4	3	51	58
28 — Flores da Cunha.....	—	6	42	—	1	2	2	45	49
29 — Garibaldi.....	—	5	61	3	3	4	5	63	72
30 — General Câmara.....	—	8	19	1	2	1	5	24	30
31 — General Vargas.....	—	4	29	—	2	3	4	28	35
32 — Getúlio Vargas.....	1	7	57	7	—	3	2	67	72
33 — Gravataí.....	—	12	43	—	1	2	2	52	56
34 — Guatuba.....	—	9	38	—	2	3	5	41	49
35 — Guaporé.....	—	13	174	6	—	5	12	176	193
36 — Herval.....	—	3	21	2	—	3	1	23	27
37 — Ijuí.....	—	11	89	23	3	10	4	112	126
38 — Irajá.....	—	3	74	2	1	3	1	76	80
39 — Itaquí.....	—	7	12	1	7	7	1	19	27
40 — Jaguarão.....	—	5	17	—	10	16	—	16	32
41 — Jaguari.....	—	9	50	2	—	5	3	53	61
42 — Júlio de Castilhos.....	—	6	76	3	6	7	8	78	93
43 — Lagoa Vermelha.....	—	11	134	4	3	4	14	134	152
44 — Lajeado.....	—	6	46	56	—	5	6	97	108
45 — Lavras do Sul.....	—	3	28	—	3	6	1	27	34
46 — Livramento.....	—	9	62	—	5	18	2	58	87
47 — Marcelino Ramos.....	—	4	50	10	1	3	4	58	65
48 — Montenegro.....	—	21	75	30	4	9	21	100	130
49 — Nova Prata.....	—	12	74	3	—	2	6	81	89
50 — Novo Hamburgo.....	—	8	19	10	—	10	7	37	46
51 — Osório.....	—	11	73	—	—	3	9	74	86
52 — Palmeira das Missões.....	—	6	114	19	9	3	11	134	148
53 — Passo Fundo.....	—	15	124	22	6	17	13	137	167
54 — Pelotas.....	—	18	91	15	52	58	3	125	176
55 — Pinheiro Machado.....	—	3	21	3	—	3	1	23	27
56 — Piratini.....	—	1	26	1	—	2	—	26	28
57 — Quaraí.....	—	3	24	1	2	7	—	23	30
58 — Rio Grande.....	—	17	38	16	15	45	4	37	86
59 — Rio Pardo.....	—	14	63	3	5	7	4	74	85
60 — Rosário do Sul.....	—	5	48	2	8	12	—	51	63
61 — Santa Cruz do Sul.....	—	16	64	52	1	12	12	109	133
62 — Santa Maria.....	—	17	117	9	13	33	7	116	156
63 — Santa Rosa.....	—	11	175	76	1	5	14	244	263
64 — Santa Vitória do Palmar.....	—	2	27	—	—	8	1	29	29
65 — Santiago.....	—	7	49	3	—	6	3	53	62
66 — Santo Ângelo.....	—	12	184	10	3	16	3	197	216

MUNICÍPIOS	SEGUNDO A ENTIDADE MANTENEDORA		SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO						
	Federais	Estaduais	Municipais	PARTICULARES		Urbanas	Distritais	Rurais	Total
				Subven- cionadas	Não subven- cionadas				
67 — Santo Antônio.....	—	17	109	6	—	2	7	123	123
68 — São Borja.....	—	11	32	4	4	14	1	36	51
69 — São Francisco de Assis.....	—	8	37	2	—	5	3	39	47
70 — São Francisco de Paula.....	—	13	76	2	—	2	6	83	91
71 — São Gabriel.....	—	6	40	3	4	17	6	29	52
72 — São Jerônimo.....	—	9	33	3	3	1	5	42	48
73 — São José do Norte.....	—	2	39	—	1	1	3	38	42
74 — São Leopoldo.....	—	26	74	12	13	18	31	66	125
75 — São Lourenço do Sul.....	—	3	52	13	2	5	1	64	70
76 — São Luiz Gonzaga.....	—	16	86	30	4	8	14	114	136
77 — São Pedro do Sul.....	—	3	29	1	1	3	—	121	130
78 — São Sepé.....	—	3	50	—	1	2	1	51	54
79 — Sarandi.....	—	3	23	1	1	33	—	31	34
80 — Sobradinho.....	—	3	70	5	1	3	5	71	79
81 — Soledade.....	—	9	174	2	4	4	10	171	185
82 — Tapes.....	—	3	27	5	1	1	2	33	36
83 — Taquara.....	—	20	109	11	1	7	10	135	141
84 — Taquari.....	—	13	50	7	1	5	5	61	71
85 — Torres.....	—	4	49	—	—	1	3	49	53
86 — Três Passos.....	—	9	90	58	1	3	10	146	159
87 — Tupanciretã.....	—	7	56	2	3	4	8	56	68
88 — Uruguaiana.....	—	11	21	6	5	16	1	26	43
89 — Vacaria.....	—	12	85	4	—	3	7	91	101
90 — Venâncio Alves.....	—	11	48	19	—	3	2	73	78
91 — Veranópolis.....	—	11	65	3	—	4	2	73	79
92 — Viamão.....	—	13	18	1	1	1	1	29	33
RIO GRANDE DO SUL.....	2	892	5 731	914	384	865	483	6 575	7 923

CLASSES RECENSEADAS — 1950

Resumo por município, segundo a dependência administrativa dos estabelecimentos

MUNICÍPIOS	CLASSES				Total
	NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO				
	Federal	Público		Parti- cular	
Esta- dual		Muni- cipal			
1 — PÔRTO ALEGRE.....	—	1 177	1	429	1 607
2 — Alegrete.....	—	59	168	23	250
3 — Antônio Prado.....	—	24	116	17	157
4 — Aparados da Serra.....	—	25	124	14	163
5 — Arroio Grande.....	—	26	77	32	135
6 — Arroio do Meio.....	—	26	45	143	214
7 — Bagé.....	—	113	218	112	443
8 — Bento Gonçalves.....	—	66	345	17	428
9 — Bom Jesus do Triunfo.....	—	28	87	12	127
10 — Caçapava do Sul.....	—	29	155	5	189
11 — Cacequi.....	—	29	49	25	103
12 — Cachoeira do Sul.....	—	143	471	136	750
13 — Cai.....	—	104	246	91	441
14 — Camaquã.....	—	32	150	15	197
15 — Candelária.....	—	27	155	17	199
16 — Canela.....	—	24	65	11	100
17 — Canguçu.....	—	29	245	67	341
18 — Canoas.....	—	73	87	46	206
19 — Carazinho.....	—	57	374	88	519
20 — Caxias do Sul.....	—	138	398	120	656
21 — Cruz Alta.....	—	100	338	153	591
22 — D. Pedrito.....	—	69	128	41	238
23 — Encantado.....	—	51	253	17	321
24 — Encruzilhada do Sul.....	—	33	203	13	249
25 — Erechim.....	—	51	784	209	144
26 — Estréla.....	—	57	108	180	345
27 — Farroupilha.....	—	38	184	25	247
28 — Flôres da Cunha.....	—	32	177	5	214
29 — Garibaldi.....	—	31	222	30	283
30 — General Camara.....	—	53	61	15	129
31 — General Vargas.....	—	27	86	8	121
32 — Getúlio Vargas.....	2	40	223	31	296
33 — Gravataí.....	—	65	164	5	234
34 — Guaíba.....	—	67	155	9	231
35 — Guaporé.....	—	92	560	33	685
36 — Herval.....	—	15	74	13	102
37 — Ijuí.....	—	76	365	111	552
38 — Irajá.....	—	20	230	13	262
39 — Itaquí.....	—	62	40	28	130
40 — Jaguarão.....	—	38	43	41	122
41 — Jaguarí.....	—	53	164	9	226
42 — Júlio de Castilhos.....	—	35	256	35	326
43 — Lagoa Vermelha.....	—	56	392	26	474
44 — Lajeado.....	—	83	143	202	428
45 — Lavras do Sul.....	—	25	86	10	121
46 — Livramento.....	—	119	265	28	412
47 — Marcelino Ramos.....	—	25	171	46	242

CLASSES RECENSEADAS — 1950
Resumo por município, segundo a dependência administrativa
dos estabelecimentos

MUNICIPIOS	CLASSES				Total
	NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO				
	Público			Parti- cular	
Federal	Esta- dual	Muni- cipal			
48 — Montenegro.....	—	145	247	132	551
49 — Nova Prata.....	—	57	158	16	331
50 — Novo Hamburgo.....	—	75	75	47	201
51 — Osório.....	—	68	264	6	338
52 — Palmeira das Missões.....	—	43	445	142	602
53 — Passo Fundo.....	—	132	415	110	657
54 — Pelotas.....	—	168	458	263	889
55 — Pinheiro Machado.....	—	22	67	12	101
56 — Piratini.....	—	9	78	4	91
57 — Quaraí.....	—	42	63	10	115
58 — Rio Grande.....	—	146	141	141	428
59 — Rio Pardo.....	—	84	218	31	333
60 — Rosário do Sul.....	—	35	142	48	225
61 — Santa Cruz do Sul.....	—	100	216	213	529
62 — Santa Maria.....	—	173	419	118	710
63 — Santa Rosa.....	—	71	611	332	1 094
64 — Santa Vitória do Palmar.....	—	18	99	—	117
65 — Santiago.....	—	52	165	23	240
66 — Santo Antônio.....	—	80	704	82	866
67 — Santo Antônio.....	—	107	418	28	553
68 — São Borja.....	—	48	104	30	182
69 — São Francisco de Assis.....	—	44	111	7	162
70 — São Francisco de Paula.....	—	80	283	8	371
71 — São Gabriel.....	—	42	149	26	217
72 — São Jerônimo.....	—	92	103	29	224
73 — São José do Norte.....	—	15	145	4	164
74 — São Leopoldo.....	—	175	327	121	623
75 — São Lourenço do Sul.....	—	24	177	50	251
76 — São Luiz Gonzaga.....	—	104	329	155	588
77 — São Pedro do Sul.....	—	20	98	9	127
78 — São Sepé.....	—	23	168	5	196
79 — Sarandi.....	3	27	361	35	426
80 — Sobradinho.....	—	20	224	22	266
81 — Soledade.....	—	61	601	11	673
82 — Tapes.....	—	24	82	19	125
83 — Taquara.....	—	124	424	51	599
84 — Taquari.....	—	82	188	27	297
85 — Tôrres.....	—	26	148	—	174
86 — Três Passos.....	—	54	292	228	474
87 — Tupancieretá.....	—	38	194	22	254
88 — Uruguaiana.....	—	101	77	63	241
89 — Vacaria.....	—	75	232	15	322
90 — Venâncio Aires.....	—	55	178	73	306
91 — Veranópolis.....	—	52	221	12	285
92 — Viamão.....	—	62	74	13	149
RIO GRANDE DO SUL.....	5	6 741	20 351	5 521	32 681

DESPEZA DO ESTADO COM O ENSINO *
DISCRIMINAÇÃO DOS GASTOS SEGUNDO AS CATEGORIAS — 1941-1905
a) Números absolutos

ANOS	DESPEAS REALIZADAS (MILHARES DE CRUZEIROS)						Total
	Primário	Normal	Secundário	Superior	Profissional	Outros ramos	
1941	25 561	897	1 669	3 494	600	686	32 907
1942	25 135	964	1 481	4 039	600	1 151	33 370
1943	27 987	964	1 692	4 493	600	1 058	36 794
1944	30 529	1 327	1 952	4 690	1 541	1 266	41 305
1945	39 636	2 086	3 038	6 266	3 432	1 944	56 402
1946	57 956	2 701	5 033	10 267	6 269	5 382	87 606
1947	97 529	5 818	9 441	19 495	11 096	6 396	149 775
1948	101 378	6 873	13 159	19 202	17 746	8 672	167 030
1949	114 846	7 439	13 672	20 684	19 081	7 962	183 634
1950	131 426	10 039	17 846	28 839	12 948	13 398	214 496

* Inclusive o Ensino Emendativo a cargo do S. E. S. M. E.

b) Números relativos
(Média 1937-50 = 100)

DESPEAS REALIZADAS (MILHARES DE CRUZEIROS)

ANOS	DESPEAS REALIZADAS (MILHARES DE CRUZEIROS)						TOTAL
	Primário	Normal	Secundário	Superior	Profissional	Outros ramos	
1941	123	82	199	107	100	184	126
1942	121	88	177	124	100	309	128
1943	135	88	202	138	100	284	141
1944	147	122	233	144	257	339	158
1945	191	191	363	192	572	512	216
1946	280	248	601	315	1 045	1 444	335
1947	471	534	1 128	598	1 849	1 717	573
1948	489	630	1 572	589	2 957	2 328	639
1949	559	860	1 633	635	3 180	2 137	702
1950	632	917	2 127	883	2 158	3 592	821

— 222 —

DESPEAS DO ESTADO COM O ENSINO E A CULTURA — 1941-50

a) Números absolutos

DESPESA REALIZADA (MILHARES DE CRUZEIROS)

ANOS	Administração (Pessoal e Material)	ENSINO EM GERAL (*)				Órgãos culturais	Subvenções e auxílios	TOTAL
		Pessoal		Prédios	Material			
		Pessoal	Prédios					
1941	1 120	26 720	4 076	2 111	423	1 166	35 616	
1942	1 690	28 469	1 810	3 091	427	2 479	37 966	
1943	1 594	29 807	3 446	3 470	446	1 198	40 033	
1944	3 146	35 722	2 377	3 206	481	2 238	47 170	
1945	3 499	48 635	3 040	4 363	527	4 552	64 979	
1946	4 273	71 887	7 272	8 448	632	3 479	95 992	
1947	5 274	118 728	11 976	19 072	805	13 364	169 218	
1948	7 244	132 989	8 422	25 618	892	12 467	187 631	
1949	7 854	139 483	16 047	28 154	883	14 116	206 537	
1950	10 321	183 083	7 670	23 444	936	6 899	232 353	

— 223 —

* Inclusive o Ensino Emendativo a cargo do S.E.S.M.E.

ANOS	DESPESA REALIZADA (MILHARES DE CRUZEIROS)				TOTAL	
	Administração	ENSINO EM GERAL				Subvenções e auxílios
		Pessoal	Prédios	Material		
1941	145	129	86	313	117	126
1942	219	137	38	459	248	134
1943	206	144	72	515	120	142
1944	407	172	50	476	224	167
1945	453	235	71	648	456	230
1946	553	347	153	1 254	349	340
1947	683	373	252	2 831	1 339	599
1948	939	642	177	3 802	1 249	664
1949	1 018	674	439	5 179	1 415	731
1950	1 339	884	162	3 478	1 416	822

IMPORTÂNCIAS DISPENDIDAS PELO ESTADO COM O ENSINO E A CULTURA — 1949-1950

Subdiscriminação das verbas de custeio do ensino estadual

ENSINO GERAL	DESPESAS EFETUADAS Cr\$	
	Em 1949	Em 1950
ENSINO PRIMÁRIO.....	114 845 786	131 425 773
ENSINO SECUNDÁRIO.....	13 672 409	17 846 485
ENSINO NORMAL.....	7 438 900	10 039 008
ENSINO SUPERIOR:		
Ensino Agrônômico-Veterinário.....	3 728 207	5 091 792
Ensino Jurídico.....	1 776 557	2 817 657
Ensino Comercial.....	1 801 809	2 050 858
Ensino Politécnico.....	6 464 768	8 109 057
Ensino Militar.....	381 100	426 500
Ensino Filosófico.....	3 370 537	3 861 302
Ensino Artístico.....	2 301 217	2 259 990
Reitoria da Universidade do Rio Grande do Sul.....	858 763	4 218 171
SUB-TOTAL.....	20 683 958	28 839 327
ENSINO TÉCNICO PROFISSIONAL.....	19 081 035	12 947 642
EMENDATIVO:		
(Para anormais de conduta, delinquentes, perversos e viciados).....	6 324 338	11 763 699
ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	1 637 238	1 634 759
TOTAL.....	183 683 799	214 496 693

NOTA: Reitoria — aumento em 1950 devido à incorporação de Faculdade do interior.

ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL E CULTURAL
 IMPORTÂNCIAS DISPENDIDAS PELO ESTADO COM O ENSINO E A
 CULTURA — 1949-50

Gastos Gerais, segundo as principais rubricas

DISCRIMINAÇÃO	RESULTADOS	
	Em 1949	Em 1950
Secretaria do Estado:		
a) Pessoal.....	4 570 565	4 926 875
b) Material.....	1 815 720	2 288 802
Superintendência (*)		
Ensino Primário:		
a) Pessoal.....	—	956 000
b) Material.....	—	65 000
Ensino Secundário:		
a) Pessoal.....	—	132 000
b) Material.....	—	—
Ensino Normal:		
a) Pessoal.....	—	463 000
b) Material.....	—	50 000
Ensino Profissional:		
a) Pessoal.....	—	1 256 227
b) Material.....	—	182 800
Sub-Total.....	—	10 320 694
Ensino mantido pelo Estado		
Pessoal:		
De Inspeção e Assistência Técnica Escolar.....	1 844 600	3 338 927
Do Serviço Médico-Dentário.....	1 302 800	2 427 122
Docente.....	116 160 910	153 419 463
Não Docente.....	17 479 206	23 897 651
Outras despesas de Pessoal.....	2 695 157	—
Prédios:		
Construções de Prédios Escolares adaptações, conservação de prédios.....	13 253 487	5 402 741
Aluguéis de prédios.....	1 859 000	1 570 009
Material:		
Permanente.....	934 265	996 794
De consumo e transformação.....	13 144 337	6 145 154
Sub-Total.....	15 010 037	17 298 852
Sub-Total.....	183 683 799	214 496 693
Outros serviços culturais mantidos pelo Estado		
Biblioteca Pública, Museu Júlio de Castilhos e Teatro São Pedro:		
a) Pessoal.....	634 660	750 750
b) Material.....	247 911	185 492
Sub-Total.....	882 571	936 242
Subvenções e auxílios		
A estabelecimentos de ensino.....	7 231 982	4 366 086
Para outros fins culturais.....	6 884 356	2 533 000
Sub-Total.....	14 116 338	6 889 086
TOTAL.....	206 537 051	232 652 715

* Em 1939 não foram apuradas separadamente tôdas as Superintendências, mas registradas apenas a despesa dos Ensinos Primário e Normal com: a) Pessoal — Cr\$ 1.152.200, o que daria um subtotal na 1ª classe de Cr\$ 7.854.343; b) Material Cr\$ 315.858.

DESPESAS DAS PREFEITURAS COM O ENSINO E A CULTURA — 1949-50

a) Números absolutos

ANOS	DESAPESAS EM MILHARES DE CRUZEIROS					Total
	Pessoal	Prédios	Material	Subvenções e auxílios	Outras despesas	
1941	7 522	1 519	422	1 385	157	11 006
1942	7 861	1 587	491	1 942	117	11 999
1943	8 678	1 171	474	2 347	156	12 825
1944	9 486	1 321	642	1 853	90	13 392
1945	12 086	1 617	672	1 894	128	16 402
1946	17 079	1 198	861	2 352	160	21 651
1947	22 277	1 119	1 197	3 988	349	28 299
1948	31 973	2 712	1 884	3 365	1 484	41 417
1949	39 918	4 527	3 522	5 092	1 543	54 603
1950	43 417	4 256	4 914	7 437	1 629	61 653

b) Números relativos
(Média de 1937-40 = 100)

DESpesas EM MILHARES DE CRUZEIROS

ANOS	Pessoal	Prédios	Material	Subvenções e auxílios	Outras despesas	TOTAL
1941	121	213	107	123	105	128
1942	126	223	124	174	78	129
1943	139	164	120	208	104	149
1944	152	185	163	164	60	156
1945	194	227	171	168	88	191
1946	274	168	213	208	107	252
1947	358	157	303	353	353	336
1948	514	381	477	298	994	481
1949	641	635	892	451	1 034	635
1950	698	597	1 247	659	1 086	717

2. ENSINO NÃO PRIMÁRIO.

Os números que divulgamos a seguir estão ainda sujeitos a retificações, embora se refiram a 1950.

Entretanto isso não diminui a expressividade dos resultados dos quais ressalta a existência no Estado de 43 cursos de ensino superior, de 165 ginásios e 36 colégios, além de 39 cursos de formação de professores primários, 37 de ensino eclesiástico, 21 agrícolas, 226 industriais, 266 comerciais, 360 artístico-liberais e 153 diversos outros. O quadro abaixo fornece-nos uma síntese do movimento desses cursos, em 1950.

ENSINOS E CURSOS	N.º de cursos	Corpo docente			Matrícula efetiva			Conclusões de cursos	
		M.		Total	M.		Total	M.	F.
		M.	F.	Total	M.	F.	Total	M.	F.
Ensino Superior:	43	645	16	661	2 795	635	3 430	529	131
Filosofia e Letras.....	21	172	9	181	371	397	763	76	92
Medicina.....	1	88	2	91	386	38	424	69	7
Farmácia.....	2	31	4	35	77	34	111	12	6
Odontologia.....	2	49	—	49	136	32	168	44	7
Direito.....	3	67	1	68	529	74	603	68	6
Engenharia.....	7	84	—	84	603	20	623	86	2
Veterinária.....	1	11	—	11	43	2	45	6	—
Agronomia.....	2	39	—	39	195	14	209	44	—
Economia e Atuária.....	5	94	—	94	389	12	401	106	4
Química Industrial.....	1	10	—	10	66	12	78	18	7
Ensino Secundário:	201	1 389	1 082	2 471	17 330	14 346	31 676	2 556	2 443
Fundamental.....	165	994	971	1 965	14 235	13 213	27 448	1 727	2 126
Complementar.....	36	395	111	506	3 095	1 133	4 228	829	317
Ensino Pedagógico:	39	176	267	443	308	1 945	2 253	113	590
Ensino Eclesiástico:	37	261	1	262	2 119	36	2 155	355	1
Ensino Artístico:	360	164	519	683	1 003	5 147	6 150	212	1 332
Ensino T. Especializado:	513	1 024	676	1 700	8 504	8 544	17 048	3 009	3 574
Agrícola.....	21	149	13	162	945	—	945	161	—
Industrial.....	226	267	431	698	1 040	4 563	5 603	155	1 301
Comercial.....	266	608	232	840	6 519	3 981	10 500	2 693	2 273
Outros ensinos.....	153	390	300	690	4 345	3 425	7 770	1 619	630

Verifica-se da tabela a crescente participação do sexo feminino não apenas no discipulado (com a única exceção dos cursos médios), mas, na docência dos cursos secundários médios e superiores. A preponderância da matrícula feminina nas Faculdades de Filosofia marca, aliás, a tendência característica de nossa época, de franco acesso da mulher à cátedra secundária e superior, contando-se já 16 professoras.

3. ESTATÍSTICAS CULTURAIS.

Estatística editorial — As casas editôras estabelecidas no Rio Grande do Sul imprimiram em 1950 o total de 205 obras, com 208 volumes, das quais foram tirados 792.160 exemplares. Houve, assim, em relação ao ano anterior, a diminuição de duas obras e 85.565 exemplares. As maiores tiragens contínuam a verificar-se na classe III — “Ciências Sociais — Direito”, na qual se incluem, segundo a classificação decimal, os compêndios (!?) primários. Registrou a mesma 352.580 exemplares impressos, seguindo-se-lhes a classe II — “Religião” — com 123.500 e a IV — “Linguística” — com 113.000. As obras de literatura editadas foram 36 com a tiragem de 89.500 exemplares. Os dados acima, colhidos da publicação citada da Diretoria de Estatística Educacional, parecem mais ou menos estáveis nos anos subsequentes ao de 1950, segundo as informações que colhemos junto a algumas editôras sediadas em Porto Alegre, não obstante as dificuldades advindas nestes últimos anos, quanto ao mercado de papel e de outros materiais de impressão.

Imprensa periódica — O ano de 1950 registrou 202 publicações, 10 menos que em 1949 (3 jornais, 4 revistas e 3 anuários). As publicações de tiragem acima de 20.000 exemplares continuaram a ser sete (7). 30 jornais e revistas possuem oficinas gráficas próprias, existindo, além dessas 13 tipografias destinadas ao ensino, 180 comerciais e 5 outras.

Bibliotecas — As 322 bibliotecas arroladas (mais 5 que no ano anterior) possuíam 786.994 volumes catalogados, 90.695 não catalogados, registrando 942.368 consultas.

Igrejas e cultos — Os cultos religiosos praticados no Estado se desdobram em várias confissões e seitas. Embora seja principal e dominante o da Igreja Católica Apostólica Romana, tem a Diretoria de Estatística procurado considerar o modo todas as religiões evangélicas, a saber: a Luterana do Sínodo Riograndense e do Brasileiro, a Adventista do 7º Dia, a Pentecostal (Assembléia de Deus), a Metodista do Brasil, a

Episcopal Brasileira, as diversas Convenções Batistas, o Exército da Salvação, as Evangélicas Independentes de Poder Central Regular, da Cristã Primitiva e mais de Mosaísmo, do Espiritismo, do Culto de Umbanda e do Fetichismo Africano.

Uma das tabelas anexas demonstrará mais ou menos o que representa quantitativamente cada uma dessas igrejas ou cultos.

Associações culturais — Reúne esta estatística os dados de 2.009 sociedades com 393.680 associados e o patrimônio líquido de Cr\$ 210.853.364,00.

Direitos autorais — Foram cobrados no Estado, em 1950, 647 mil cruzeiros de direitos de execução musical e representação teatral.

Rádio difusão — Contava o Rio Grande do Sul em 1950 com 40 estações rádio-difusoras, contra 5 em 1941; os quadros do rádio-amadorismo acusaram 713 estações das quais 161 da categoria A, e 111 da B, enquanto que o registro de rádio receptores, segundo os dados do Dep. de Correios e Telégrafos teria diminuído sobre o ano anterior de 1.016 aparelhos, o que é, de todo, improvável.

Diversões públicas — Pôrto Alegre registrou em 1950, 16.933 espetáculos e 6.476.957 espectadores, enquanto que o interior do Estado, realizando mais 35.244 (401.213 hab.) vê-se que cada porto-alegrense acorreu a 16 espetáculos por ano. O número de casas de espetáculos cresceu de 209 para 221.

Despesas com o Ensino e a Cultura — Em 1950 despendeu o Estado com o ensino de todos os graus e com a cultura e subvenções 232 milhões de cruzeiros contra 207 no ano anterior e 36 milhões em 1941. As despesas exclusivamente com o ensino se elevaram a 213 milhões dos quais 131 com o primário. As municipalidades tiveram seus gastos com a instrução elevados a 61,6 milhões contra 54,6 no ano de 1949 e 11,0 milhões em 1941.

Assistência médico-sanitária — Despendeu o Estado em 1950 importância superior a 98 milhões e os municípios quase 25 milhões com a Saúde Pública. No início do decênio essa despesa dos erários não passava respectivamente de 19,3 e 4,7 milhões.

4. MIGRAÇÃO DE SUL-RIO-GRANDENSES.

Segundo os resultados do censo de 1950, havia naquela ocasião, presentes no Rio Grande do Sul, 3.168.468 brasilei-

ros nascidos ali, sendo que os sul-rio-grandenses existentes no Brasil somavam 3.299.600, o que representa a migração de 131.132 gaúchos para outros Estados, dos quais 17.224 no Distrito Federal, 14.800 no Paraná e 76.394 em Santa Catarina e o restante em outros Estados. Vê-se, portanto, que a migração mais acentuada é para o vizinho Estado de Santa Catarina. Por outro lado, o contingente de naturais de outras Unidades, presentes no Rio Grande do Sul, foi de 42.360, o que dá um *deficit* de compensação migratória de 88.772 pessoas ou seja, de pouco mais de 2%. A explicação provável para esse fenômeno é a de que certas populações de origem colonial europeia (italianos e poloneses), mais interessadas no trabalho agrícola que no industrial, vendo limitadas as possibilidades de obter terras aráveis no Rio Grande do Sul, se deslocam para outros Estados, onde pretendem conseguí-las mais facilmente.

Confirma essa conjectura o fato de que o oeste de Santa Catarina, até há pouco, constituído quase que só de terras devolutas, é uma zona de expansão das áreas coloniais sul-rio-grandenses. É possível que, no próximo recenseamento geral o norte do Paraná acuse também notável contingente de sul-rio-grandenses, pois, segundo informações obtidas, está se processando atualmente migração em larga escala para aquela região de naturais do Rio Grande do Sul.

Se verdadeira essa suposição, fica esclarecida e explicada a verificação feita anteriormente, no capítulo I, de que o ritmo do êxodo das populações rurais para as áreas urbanas, no Rio Grande do Sul, é mais lento que em outros Estados do Brasil. Explica-se também, assim, a ênfase que a Secretaria de Educação daquele Estado vem dando à solução do problema educacional nas áreas rurais.

ANOS	OBRAS EDITADAS					VOLU- MES	TIRAGEM DAS OBRAS EDITADAS						
	ORIGINALS		TRADUÇÕES				TOTAL	Até 1 000 Exem- plares	De 1 001 a 3 000	De 3 001 a 5 000	De 5 001 a 10 000	De mais de 10 000	
	Em Portu- guês	Noutras línguas	Do Francês	Do Inglês	Do Alemão								De outras línguas
1941	306	18	9	51	14	4	202	83	74	36	7		
1942	268	10	8	27	10	4	174	82	48	11	12		
1943	229	18	9	54	--	4	148	71	57	29	9		
1944	201	26	1	40	2	2	92	92	51	28	9		
1945	319	18	18	47	2	5	278	78	89	54	10		
1946	192	13	5	33	5	3	87	51	54	44	15		
1947	155	14	4	35	3	1	62	33	53	53	11		
1948	254	25	3	25	5	3	137	56	62	46	14		
1949	158	20	2	24	3	--	97	38	31	26	15		
1950	162	18	1	21	1	2	80	64	41	21	9		

NÚMERO DE EXEMPLARES TIRADOS, SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO DECIMAL

ANOS	EXEMPLARES TIRADOS										Total
	Obras Gerais	Filosofia	Teologia Religião	Ciências Sociais Direito	Filologia Linguis- tica	Ciências Puras	Ciências Aplica- das	Belas Artes	Litera- tura	História Geogr.	
1941	103 550	2 000	34 880	310 780	91 900	10 050	82 250	8 200	363 410	77 350	1 084 020
1942	106 350	500	73 900	174 875	44 000	3 000	110 360	3 800	270 130	29 000	815 915
1943	193 630	3 000	69 970	254 650	45 000	7 500	105 050	2 000	264 800	20 000	965 600
1944	91 300	2 000	121 100	223 250	119 000	21 500	132 250	3 000	230 600	2 600	961 000
1945	187 530	--	163 300	370 450	104 250	12 050	177 620	700	434 550	16 700	1 517 150
1946	145 200	3 000	162 500	280 200	57 500	7 000	319 743	4 300	268 100	350	1 247 943
1947	66 000	--	99 400	372 250	62 500	--	169 210	8 600	265 850	8 500	1 052 310
1948	66 000	--	14 400	542 850	128 050	12 022	97 980	--	200 000	37 000	1 129 202
1949	15 000	--	71 700	518 975	117 000	5 250	28 050	6 000	88 250	28 500	878 725
1950	8 000	16 600	123 500	352 280	113 000	10 150	18 380	7 500	89 500	53 000	792 160

IMPrensa e Bibliografia

Imprensa Periódica — 1941-1950

Publicações existentes no Estado segundo o gênero e a tiragem

SEGUNDO O GÊNERO

SEGUNDO A TIRAGEM

ANO	Literários	Noticiosos	(*) Comerciais	Religiosos	Administrativos	Científicos	(*) Agropecuários	Esportivos	Técnicos	Estatísticos	Outros	Até 1 000 exemplares	De 1 001 a 5 000	De 5 001 a 10 000	De 10 001 a 20 000	Total	
1941	14	105	—	14	2	9	—	3	2	6	1	84	56	9	4	3	156
1942	14	99	—	16	4	12	—	4	2	4	1	95	41	9	7	4	156
1943	17	80	—	12	7	14	—	5	3	2	1	86	42	7	4	2	141
1944	17	74	—	12	9	16	—	5	3	2	1	83	42	8	3	3	139
1945	17	77	—	13	12	14	—	5	4	5	1	85	47	9	3	4	148
1946	17	88	—	14	12	14	—	5	4	4	1	86	54	11	2	6	159
1947	25	102	—	14	14	15	—	5	4	4	1	103	63	10	2	6	184
1948	35	86	16	17	10	7	7	6	3	7	10	118	66	12	2	6	204
1949	34	83	21	18	14	11	5	6	6	8	8	123	70	13	1	7	214
1950	29	82	17	21	15	5	6	5	4	8	10	120	59	15	1	7	202

* Classificação adotada de 1948, em diante.

Publicações existentes no Estado, segundo a natureza e a periodicidade.

SEGUNDO A NATUREZA

SEGUNDO A PERIODICIDADE

ANO	Jornais	Revistas	Boletins	Almanques	Outros	Diários	Tri-semanários	Bi-semanários	Semanários	Bi-mensários	Mensários	Tri-mensários	Semestrais	Outros	Total
1941	85	25	35	4	7	22	7	8	45	10	29	2	2	21	165
1942	78	29	39	5	5	23	4	8	44	7	45	5	1	19	156
1943	69	43	21	4	4	19	5	7	41	8	31	13	2	15	141
1944	65	27	39	4	4	21	5	7	40	10	32	9	1	14	139
1945	67	32	41	4	4	24	2	6	41	7	35	16	3	14	148
1946	65	35	49	5	5	26	2	8	38	8	50	13	1	18	159
1947	81	45	47	5	6	26	5	14	39	9	56	15	2	16	184
1948	97	44	48	4	11	23	5	9	53	20	57	14	3	20	204
1949	108	46	46	6	8	25	5	10	58	11	58	15	7	25	214
1950	103	46	47	7	4	23	6	8	49	12	55	14	4	31	202

RÁDIODIFUSÃO

NÚMERO DE RÁDIO-AMADORES, RÁDIO-DIFUSORAS E RÁDIO-RECEPTORES — 1941-1950.

ANO	RÁDIO-AMADORES			RÁDIODIFUSORAS			N.º de re-ceptores registrados no D.C.T.	
	CLASSES			TOTAL	N.º de Estações	NÚMERO DE HORAS		
	A	B	C			de trans-missão		de re-trans-missão
1941	46	126	161	333	5	19 293	1 645	41 535
1942	46	117	172	335	6	23 016	2 011	53 036
1943	50	115	161	326	7	26 140	2 517	58 893
1944	57	108	171	336	8	25 885	2 396	65 675
1945	54	112	181	347	9	29 015	2 197	65 811
1946	76	96	230	402	15	37 915	2 330	66 130
1947	92	99	322	513	20	69 797	2 791	71 955
1948	132	91	348	571	24	88 982	5 018	83 082
1949	151	89	356	596	28	101 675	5 028	85 426
1950	161	111	441	713	40	142 657	5 308	84 450

238

BIBLIOTECAS PÚBLICAS e SEMI-PÚBLICAS — 1941-1950
Número de volumes e movimento de consultas verificado.

ANO	INFORMANTES		NÚMERO DE VOLUMES SEGUNDO O IDIOMA DA IMPRESSÃO							MOVIMENTO DE CONSULTAS		
	Públi- cas	Outras	Português	Francês	Alemão	Espanhol	Inglês	Outras línguas	TOTAL	SEMESTRES		ANOS
										Primeiro	Segundo	
1941	17	354	312 465	73 811	67 475	22 654	20 768	32 077	529 250	123 549	169 751	293 300
1942	19	359	355 325	76 322	37 365	22 865	22 669	27 955	542 501	153 002	174 246	327 248
1943	28	337	383 639	84 041	33 673	25 792	25 008	26 274	578 427	129 399	166 161	295 560
1944	32	350	452 277	84 158	34 429	28 879	27 875	26 717	627 335	172 709	224 190	396 899
1945	35	363	456 612	84 091	34 829	31 854	28 810	29 158	664 754	182 728	241 686	424 414
1946	39	386	481 116	84 424	34 740	36 022	37 107	31 667	705 076	163 452	210 241	373 693
1947	39	356	487 046	80 741	32 362	38 040	40 280	35 096	713 565	205 164	233 287	438 451
1948	41	269	558 469	80 359	31 810	31 337	33 692	31 693	764 678	207 256	252 689	459 945
1949	45	272	558 469	81 924	39 350	32 266	32 760	31 054	775 823	194 670	215 917	410 587
1950*	50	272	—	—	—	—	—	—	—	—	—	742 308

239

* O questionário imposto pelo I.B.G.E. aos órgãos regionais de estatística a partir de 1950 não indaga do idioma dos volumes existentes, bem como das consultas por mês ou período menor de um ano.

DIVERSÕES PÚBLICAS — CASAS DE ESPETÁCULOS — 1949-50

Teatros, cinemas e outras, segundo a capacidade e o movimento

ANO	SEGUNDO A NATUREZA			SEGUNDO A CAPACIDADE (N.º de lugares)				SEGUNDO O MOVIMENTO ¹				
	Teatros e Casas de concertos	Cine-teatros	Cinemas	Outros	TOTAL	Até 200	De 200 a 500	De 500 a 1 000	De 1 000 a 1 500	De mais de 1 500	Números de espetáculos	Número de espectadores
1941	5	106	61	—	172	19	74	42	25	12	41 204	8 261 034
1942	6	95	60	—	161	17	61	46	26	11	37 250	8 320 628
1943	6	98	57	—	161	17	60	46	27	11	41 256	9 653 175
1944	6	93	59	2	160	17	54	50	28	11	42 438	10 749 856
1945	3	103	53	2	161	16	57	42	33	13	44 540	11 478 864
1946	5	132	23	1	161	14	58	43	33	13	43 967	12 573 625
1947	5	133	27	—	165	14	58	43	34	16	45 258	12 100 634
1948	13	145	32	—	190	21	72	48	32	17	48 550	12 888 636
1949	12	155	42	—	209	32	74	54	32	17	50 932	12 680 035
1950	12	112	97	—	221	37	78	54	34	18	52 157	13 480 055

— 240 —

RELIGIÕES — 1950

IGREJAS OU CULTOS	Pessoal (Padres, pastores e outros não celebrantes)	Estabelecimentos	Templos	Associações populares	Membros
Católica Romana.....	7 565	543	3 545	1 272	— (*)
Evangélica Luterana.....	882	550	482	361	263 932
Sínodo Evangélico Luterano do Brasil.....	332	45	205	93	41 862
Episcopal Brasileira.....	36	—	39	—	25 294
Evangélica Pentecostal.....	44	—	114	—	16 183
Metodista.....	504	68	26	114	6 991
Adventista do 7.º dia.....	532	148	146	44	4 856
Convenção Batista do Rio Grande do Sul.....	126	89	38	27	2 470
Evangélica Batista Independente.....	220	29	22	11	2 744
Evangélica Salvacionista (Exército da Salvação).....	24	5	12	5	1 309
Evangélicas Independentes.....	6	—	5	—	2 211
Cristã Primitiva.....	27	—	14	—	11 308
Espiritismo.....	—	—	—	240	25 525
Igreja Nazarena.....	—	—	—	4	265
Mosaismo.....	—	—	—	13	1 828
Esoterismo.....	—	—	—	27	2 005
Culto de Umbanda.....	—	—	—	39	2 912
Fetichismo (africanismo).....	—	—	—	98	4 613
TOTAIS.....	10 298	(**) 1 477	4 647	2 348	416 308

— 241 —

* A suposição corrente é de que o número de católicos corresponde ao resto da população não computada nos outros credos, ou a uma percentagem desse saldo que se aproxima de 100%.

** Deve-se entender por "estabelecimentos" residências de religiosos, conventos e escolas.

CAPÍTULO X

RESUMO E CONCLUSÕES GERAIS SOBRE A ESCOLA ELEMENTAR E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PRIMÁRIO

1. O Rio Grande do Sul, pelas suas atuais condições sociais, econômicas e culturais, apresenta uma conjuntura educacional própria, isto é, diferente das que se verificam nos demais Estados brasileiros.

De um lado, embora, pelos números estatísticos arrolados no capítulo III dêste trabalho, se verifique crescente industrialização, esta não está se fazendo às expensas de decréscimos da produção agrícola. Ao contrário, até onde permitem concluir os dados estatísticos e as observações pessoais que pudemos realizar, o primeiro fenômeno se acompanha de uma progressiva mecanização da agricultura, que, por sua vez, nas chamadas subáreas coloniais, não determina a instituição da grande propriedade, em vista do cooperativismo dos pequenos produtores. Apenas, nas zonas de trabalho difícil ou impossível para as máquinas agrícolas, é que o pequeno proprietário se desestimula e abandona a terra, pois que ali nem o cooperativismo tem permitido desenvolvimento satisfatório da produção.

2. Evidentemente, êsse *statu quo* econômico das subáreas coloniais favorece o desenvolvimento da educação institucional, pois que o regime de trabalho exige os conhecimentos básicos que a escola elementar propicia, indispensáveis ao controle financeiro, ao desenvolvimento da tecnologia agrícola e às relações político-sociais, aí compreendidas as de direito, religiosas e partidárias. Em suma, o homem dessas subáreas tem necessidade prática de saber ler, escrever e calcular.

Acresce ainda, em tal porção do Estado, que seus povoadores originais, os imigrantes europeus, trouxeram consigo uma bagagem cultural, da qual fazia parte a tradição de escolaridade. Daí o terem, êles próprios, organizado inicialmente o seu sistema escolar que, aos poucos e progressivamente, está sendo absorvido pelo sistema estadual e pelos municipais. Isto no que diz respeito ao ensino elementar, pois no médio (secun-

dário oficializado, principalmente) ainda a iniciativa particular é dominante, como de resto, em quase todos os Estados, inclusive no Distrito Federal.

3. Na subárea sul-rio-grandense original, que se estende junto ao litoral, povoada inicialmente por paulistas, lagunenses, e açorianos e madeirenses, a educação institucional, de nível elementar, é toda ou quase toda obra do Estado e dos Municípios, realizada no período republicano. Apesar de a iniciativa particular ser praticamente ausente, a escola já se transformou em uma necessidade para as populações dessa subárea, que, ao contrário do que acontece em outros Estados, não se caracteriza apenas pelas atividades urbanas, mas se entrega às atividades agrícolas, inclusive à de recuperação econômica das áreas arenosas que circundam a Lagoa dos Patos e que, por suas dunas, quase isolam o Estado das vias marítimas de comunicação. Por outro lado, quer ao norte, nas certanias de Pôrto Alegre, quer mais ao sul, em Camaquã, e Encruzilhada até Pelotas e Rio Grande, os descendentes de colonos europeus se estão fixando, e, assim, contribuindo para dar novos aspectos sociais, econômicos e culturais a quase toda a subárea. A tal ponto isto é verdade, que já se não pode mais distinguir muito bem certas extensões do que seria o Rio Grande do Sul original, do Rio Grande do Sul colonial.

Por outro lado, desta subárea para as coloniais também se processa uma expansão dos elementos originariamente lútosos, de modo que, numa e noutra, se operam transformações que não permitem sua caracterização pelos atributos primitivos.

Comum a ambas é o interesse pela escola, tida como instituição necessária, pedida e exigida aos poderes públicos.

4. A parte do Rio Grande do Sul que ainda oferece alguns problemas à universalização do ensino elementar é a da subárea gaúcha, isto é, a zona de campanha, onde a atividade econômica fundamental é o pastoreio, e a indústria prevalente a das charqueadas. Aí, segundo vimos em um dos capítulos anteriores, a grande propriedade é a regra. Também aí, dadas as condições primitivas de trabalho, a ausência da escola pôde ser mais demorada e menos sentida. Entretanto, também ela se transforma por influência de fatores sociais, econômicos, políticos e administrativos, segundo tivemos oportunidade de mostrar em largos traços, no capítulo I. Em consequência de tal transformação, a escola é pedida e procurada; constitui progressivamente necessidade social.

5. Acontece, porém, que esta exigência das populações intensificou-se, depois de 1930, de tal forma que as administrações públicas do Estado e dos Municípios tiveram que multiplicar esforços e inversões, para conseguir atendê-la. Em 1929 o número de alunos matriculados nas escolas sul-rio-grandenses, de todos os ramos e graus, mal se aproximava dos 200.000, e o número de escolas era de mais ou menos 4.000. Já em 1933, êsses números passavam a ser, respectivamente, 220.000 e 4.640. Sete anos mais tarde, em 1940, atingiam a 337.000 e 6.650; em 1950, chegavam a 550.000 e 11.400. Em 1933, o número de estudantes correspondia a quase 9% da população do Estado, em 1940 atingia a 10% e, em 1950, a 13%.

Acresce ainda que, justamente a partir de 1930, com a divulgação de novas idéias e ideais pedagógicos, já não podiam as instalações escolares ser resumidas no mínimo ou quase que constituía a velha escola de simples alfabetização. Nas cidades, pelo menos, os prédios escolares passaram a ter arquitetura própria e instalações específicas para as atividades didáticas. Isto significava inversão de recursos.

Por sua vez, o número crescente de novas escolas primárias determinava a necessidade de formação do professor, que já não podia ser improvisado, dada a especificidade funcional da sua atividade profissional. Começaram, então, a se multiplicar as escolas normais, quer de iniciativa pública, quer de iniciativa privada. Para a administração estadual, era um novo e ponderável onus, que passava a consumir percentagem crescente do orçamento público.

Daí, ser o ritmo de crescimento das despesas com o ensino mais acelerado que o das matrículas escolares. Enquanto, de 1941 a 1950, estas aumentavam nas escolas estaduais de 29,32%, aquelas cresciam em quase 552%, isto é, passavam de 32.907 a 214.496 mil cruzeiros, segundo os orçamentos estaduais. Se considerarmos, porém, o processo inflacionário e a desvalorização da moeda, a despesa de 1941, em cruzeiros de 1950, equivale a cerca de 119.800 mil cruzeiros. Ainda assim, o crescimento da despesa com o ensino é maior que o das matrículas escolares, pois atinge a diferença entre 1950 e 1941, a pouco mais de 79,00%, quanto às despesas, e 29,32% quanto às matrículas. No mesmo período, a população cresceu em cerca de 25,41%.

6. Por outro lado, as despesas dos municípios com educação, de 1941 a 1950, cresceu de 11.006 a 61.700 mil cruzeiros, ou em moeda de 1950, de 40.000 a 61.700 mil cruzeiros, enquanto as matrículas escolares cresciam de 95.200 a 212.000. A diferença das despesas entre 1950 e 1941 é de 54,25% sobre

1941, enquanto a das matrículas é de 122,68%. Isto significa que os municípios obtêm, em atendimento à população em idade escolar, muito mais por muito menos dinheiro. Em 1950, o preço médio do aluno das escolas municipais era de Cr\$ 291,98, enquanto o das escolas estaduais era de aproximadamente Cr\$ 1.700.00. *

A tabela abaixo dá uma idéia sintética das percentagens que estamos comentando:

ESPECIFICAÇÕES	1941	1950	% da diferença entre 1941 e 1950, sôbre 1941
Matrícula nas <i>escolas estaduais</i> ...	98 500	127 400	+ 29,3%
Matrícula nas <i>escolas municipais</i> ...	95 200	212 000	+ 122,7%
<i>Despesas estaduais</i> com o ensino, em cruzeiros de 1950.....	119 800 000	214 496 000	+ 79,0%
<i>Despesas municipais</i> com o ensino em cruzeiros de 1950.....	40 000 000	61 700 000	+ 54,3%
Preço do aluno nas <i>escolas municipais</i> , por ano.....	430	292	- 32,0%
Preço do aluno nas <i>escolas estaduais</i> , por ano.....	1 216	1 700	+ 39,8%

Acreditamos que o quadro acima documenta uma das conclusões que resulta do capítulo III: o ensino municipal é muito mais barato que o estadual. Entretanto, em capítulos posteriores, ficou também demonstrado que o equipamento das escolas municipais é muito inferior, que o magistério municipal ganha muito menos e que não tem, geralmente, formação pedagógica. Justamente essa escola, cujas condições são inferiores às das estaduais, é a predominante no ensino primário sul-rio-grandense, representando mais de 40%, quer em matrículas, quer em número de estabelecimentos, enquanto o

(*) — Estas percentagens são diferentes, aqui, das que indicamos no Capítulo III, porque lá tivemos em vista só o ensino primário, e aqui estamos considerando o ensino em geral.

Estado e a iniciativa particular têm menos de 30%, respectivamente, quer numa, quer noutra variável.

Isto significa que, no Rio Grande do Sul, o ensino primário é sobretudo municipal, e, pelo crescimento da matrícula, em um decênio, é também o que mais se desenvolve, pois, enquanto nas escolas estaduais ela cresceu em menos de 30%, nas municipais o fez em mais de 120%, adquirindo, assim, uma responsabilidade em matéria de educação que, em nenhuma outra época, qualquer município brasileiro pôde assumir.

7. Vimos no capítulo III que a inversão em escolas, por parte dos municípios tem que ser parcimoniosa, quer por ser o menos aquinhado no processo nacional de arrecadação pública, quer por estar mais diretamente sujeito às reivindicações, fiscalização e solicitações do povo. Isto não só o obriga a uma criteriosa divisão da receita — forma de economia familiar, isto é, de família de classe média, em que todos os gastos devem ser muito bem ponderados — como também à aplicação das verbas pelo menor custeio possível. Daí os sistemas municipais de ensino se desenvolverem por um custo mínimo. Quando um núcleo de população quer uma escola, pede-a ao Prefeito. Este só pode instituí-la dentro dos limites das acanhadas verbas de que a Prefeitura dispõe. Atende, mas de modo precário; não pode deixar de fazê-lo de outra forma. Parece-nos que o exemplo do que se passa no Rio Grande do Sul é indicação de que o ensino primário no Brasil tende a ser, cada vez mais, de administração municipal.

Se os municípios dispõem de poucos recursos para esse serviço público, a solução parece uma só, isto é, a de encaminhar para as gestões municipais outros recursos, de outras esferas administrativas, que devem ser aplicados em ensino elementar. Isto quer dizer que se deve vitalizar os sistemas municipais de ensino elementar com os recursos de que carecem. Dado o exemplo, que estudamos, do Rio Grande do Sul, parece que a concentração desses recursos no âmbito municipal de administração, determinaria desde logo, pelo fato da fiscalização e solicitações diretas das populações locais, a sua distribuição mais equânime e mais econômica.

Se esta conclusão se nos impõe pelos fatos estudados, não podemos deixar de reconhecer que ela implica certos problemas de ordem técnica e política, cuja importância não se pode relegar para plano secundário. Antes de considerá-los, vejamos, pela síntese dos fatos, o que é sugerido.

8. Considerando que o corpo docente das escolas estaduais, em 1950, atingia a cerca de 6.500, o das municipais a perto de

7.900 e o das particulares a 3.600, e que aproximadamente 90% dos professores estaduais, 10% das municipais e 50% dos particulares tinham formação pedagógica, chega-se à conclusão de que perto de 9.500 professores (quase 52%) em exercício nas escolas sul-rio-grandenses não tenham formação pedagógica, eram leigos em educação.

Nas escolas municipais é que predominam os professores não formados, o que se explica por três razões principais:

1) essas escolas se situam, via de regra, em áreas rurais e distritais, longe da sede municipal, oferecendo tais áreas pouca possibilidade de conforto, a que estão habituadas as normalistas, moças que se criaram e estudaram em cidades de certa importância;

2) os Municípios pagam salários muito inferiores aos que são pagos pelo Estado, de modo que o sacrifício de abandonar a cidade natal para exercer o magistério num pequeno núcleo rural, não tem compensação satisfatória;

3) com base nas necessidades apuradas em fins de 1953, quanto a professores, por parte das escolas estaduais, e tendo em vista o número de diplomadas por todas as escolas normais, particulares e oficiais, chega-se à conclusão de que as unidades de ensino elementar, mantidas e criadas pelo Estado, absorvem o contingente de normalistas que é diplomado anualmente.

Não resta, pois, outro recurso que o de apelar para moças que tenham curso primário, pelo menos, e que residam nas próprias áreas a que a escola deve servir. Elas, em vista do padrão de vida pouco elevado das zonas rurais, se satisfazem com o que o Município lhes paga. Embora não consigam mais que ensinar a ler, escrever e efetuar as quatro operações aritméticas, fundamentais, ao fim de algum tempo o fazem com êxito satisfatório. É que, levadas a exercer função que, no seu meio mais próximo, tem certa relevância, se sentem estimuladas a desempenhá-la da melhor forma que lhes seja possível.

Os municípios que dispõem de recursos, assistidos pelos órgãos estaduais de educação, organizam cursos de férias, quer de formação, quer de aperfeiçoamento, para tais professoras. É, sem dúvida, um modo de procurar resolver o problema e de impedir que a escola primária, municipal, deixe de atender aos mínimos que lhe são pedidos. Além disso, o inquérito feito, demonstra que a maioria absoluta desses docentes se preocupa em assistir cursos e em aperfeiçoar-se.

Por estas e por outras razões e indícios apurados no capítulo sobre os professores, transparece claramente que, apesar da deficiência de formação cultural e técnica, o professor municipal se dedica às suas tarefas, tem a escola por grande preocupação, sentindo, a seu modo, os problemas que surgem, e conseguindo mesmo, até certo ponto, fazê-la quase funcional em relação ao meio, dentro dos limites de suas possibilidades.

Isto nos leva a pensar em que talvez tenha razão o nosso mestre comum, que orienta e dirige os trabalhos da C.I.L.E.M.E., quando, em várias de nossas reuniões de mesa redonda, tem manifestado a opinião de que o professor primário deve ser recrutado das próprias camadas populares do meio em que se instala a escola e preparado para a função específica de atender à docência nessa escola.

9. Mais se enraíza a convicção favorável a essa idéia, quando consideramos a situação que o magistério estadual vive, quer no Rio Grande do Sul, quer em outros Estados, como, por exemplo, em São Paulo. Constitui um corpo de funcionários públicos, cuja vida funcional se regula pelo respectivo estatuto. Admitido e pôsto em exercício, adquire certa soma de direitos que ninguém mais lhe pode tirar. Formado nas mais importantes cidades do Estado, dificilmente se adapta à vida simples e calma das cidades menores e das áreas rurais. A lei ou os regulamentos lhe asseguram o direito à remoção e à promoção. Grande parte do ano letivo, principalmente quando se trata de um professor novo, que ainda se acha em estágio distante dos centros melhores e mais desenvolvidos, passa em situação de expectativa e de angústia, em face da possível remoção ou promoção. Entretanto, quando consegue ir para a cidade que o satisfaz, surgem as oportunidades de trabalhos extraordinários, solicitações de toda ordem, necessidade de ganhar mais. O trabalho extraordinário se torna mais importante que o da escola pública, pois aqui a lei garante a estabilidade, ao passo que lá o que vale é a eficiência, o bom êxito.

Some-se a isso o direito aos diversos tipos de licença, que facilitam ao professor afastar-se da atividade docente pelos mais diversos motivos (luto, gala, doença, interesses particulares, etc.). A escola deixa de ser para ele um foco de atenção, um objetivo de ideais; é apenas um meio de atender aos seus interesses pessoais.

Por isso mesmo, quase não encontramos resistência, por parte do professorado estadual, ao regime de três turnos nos grupos escolares da Capital. A redução do horário diário de trabalho na escola pública para apenas três horas, é, sem dú-

vida, para o professor que se coloca na posição descrita, um benefício. Em São Paulo, mais que no Rio Grande do Sul, esse fenômeno é avassalador, pois já se chegou ao extraordinário fato de fazer algumas escolas funcionarem em seis turnos de 1 1/2 horas cada um. Para o professor funcionário público, isso é magnífico. E, em relação aos demais funcionários públicos, é situação privilegiada, pois estes têm menos de 30 dias de férias, anualmente, e seis horas de expediente diário.

Pelas razões indicadas no decorrer do capítulo VII, não escondemos nossa grande simpatia pelo professor municipal, que percebe pouco em dinheiro, que não dispõe de grandes lúxus culturais, mas faz da sua escolinha, pobre e mal equipada, o centro de seus interesses. É interessante frisar que também não escondemos o fato de as populações rurais terem preferência por este professor, não olhando com bons olhos as moças formadas que lhes são mandadas das cidades.

Ainda no capítulo VI, em que comentamos o problema da repetência escolar, caracterizada no Rio Grande do Sul, pelos gráficos ns. 16 e 17, mostramos que a situação do magistério estadual, acima descrita, é que leva o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais a manter os testes de aproveitamento como critério de promoção dos alunos, pois que, em última análise, se desconfia de que, sem esse meio de controle, o ensino desceria a níveis baixíssimos.

10. Em suma, o Rio Grande do Sul apresenta dois tipos de escolas, duas classes de professores:

a) a escola municipal, pobre e mal equipada, que é servida por um professor sem curso de formação pedagógica, mal remunerado, mas geralmente dedicado ao trabalho docente e por ele interessado;

b) a escola estadual, via de regra, bem instalada e equipada, que é servida por um professor com formação pedagógica, culto e capaz, sem, porém, dedicar-se inteiramente às atividades docentes, dadas as regalias e vantagens de funcionário público, de que desfruta, e dadas as oportunidades e solicitações do meio urbano em que trabalha.

Quanto à escola particular, pela ausência de um adequado sistema de reconhecimento, varia desde o péssimo até o ótimo, conforme indicamos, com exemplos, no texto. É ainda uma instituição que se localiza nas áreas mais desenvolvidas, beneficiando-se de condições ambientes, propícias. Não é escola pioneira, não se localiza nas áreas carentes. A única exceção que se pode abrir é quanto à Cooperativa dos Ferroviários,

com sede em Santa Maria, que procura manter, ao longo das ferrovias do Estado, um número razoável de escolas, que não são más e que, em muitos aspectos e em certas áreas, podem ser consideradas como pioneiras. Acharmos, entretanto, que a escola criada e mantida pela Cooperativa, dadas as condições em que esta funciona, isto é, estreitamente ligada à administração da Viação Férrea, entidade autárquica, estadual, não é pròpriamente escola particular, mas semi-pública.

No aspecto do pioneirismo escolar, cremos, todavia, que a principal iniciativa cabe às administrações municipais.

11. Analisando a escola em si, quanto às suas instalações e condições de funcionamento, podemos isolar os seguintes tipos ou espécies:

A

a) Escola com salas que proporcionam a área de, pelo menos 1 metro quadrado por aluno, com luz natural que se distribui uniformemente por todos os pontos da sala;

b) mobiliário suficiente, capaz de propiciar aos alunos relativa comodidade e aos trabalhos didáticos quer a prática de atividades individuais, quer a de equipes;

c) equipamento didático e ambiente adequados para as atividades extracurriculares;

d) horário de atividades escolares, por turno de alunos, não inferior a quatro horas diárias e classes de, no máximo, 35 alunos;

e) corpo docente com adequada formação pedagógica;

f) instalações para serviços de assistência aos alunos necessitados (serviço médico-dentário, alimentação e caixa escolar).

B

Escolas que deixavam de satisfazer apenas o subitem *d* e, por isso, por excesso de alunos, invalidavam as boas condições da sala de aula, isto é, do subitem *a*.

C

Escolas que deixavam de satisfazer os subitens *c* e *d*.

D

Escolas que deixavam de satisfazer os subitens *b*, *c* e *d*.

E

Escolas que deixavam de satisfazer os subitens *b*, *c*, *f*.

F

Escolas que deixavam de satisfazer os subitens *b*, *c*, *e*, *f*.

G

Escolas que deixavam de satisfazer todos os subitens acima, menos *d*.

H

Escolas que deixavam de satisfazer a todos os subitens.

Não encontramos uma só escola pública que atendesse a tôdas as condições que julgamos essenciais, da classe ou espécie A. Devemos adiantar, porém, que em nenhum dos Estados que conhecemos, nos foi possível até hoje.

No Rio Grande do Sul as escolas estaduais, que pudemos conhecer, se distribuem entre as classes B, C, D, E, e as municipais entre as classes F e G. Não encontramos uma só, entre as públicas, que pudesse ser enquadrada na classe H, mas achamos uma particular, na zona de expansão colonial, nessas condições. Por outro lado, encontramos em São Leopoldo uma escola particular que pode ser enquadrada nas condições da classe A.

12. Verifica-se no Rio Grande do Sul o fenômeno de evasão escolar, explicável em função de causas econômicas e sociais, coadjuvadas intensamente pela própria organização do sistema escolar que leva à reprovação de alunos em percentagens elevadas, fato êste que, segundo nos parece legítimo afirmar, pelo exame dos dados colhidos, leva as classes mais pobres ao desânimo em face da escola. Não se deve pensar, porém, que os fenômenos de evasão e repetência sejam ali tão intensos como em outros Estados. Apesar de considerados em si, se revelaram importantes, pois atingem um e outro, a cerca de 40% das crianças que se matriculam nas escolas primárias, sendo ainda, em face do que se passa no resto do Brasil, as menos alarmantes!

13. Do ponto de vista da administração dos serviços educacionais, notam-se no Estado duas tendências opostas, desde que sejam confrontados, de um lado, os fatos e a prática, e de outro, a legislação educacional. Os primeiros parecem revelar uma tendência à descentralização, pois as delegacias regio-

nais de ensino são pequenos departamentos de administração e orientação educacionais, embora a lei não lhes dê autonomia nessas tarefas; além disso, notamos nas escolas bem maior iniciativa administrativa, por parte dos diretores, que nas escolas dos demais Estados que já conhecemos. Por sua vez, as diretorias municipais de ensino se comportam administrativamente como órgãos locais, autônomos, embora procurem e recebam orientação da Secretaria Estadual e sujeitem seus atos à sanção dos Prefeitos. Em alguns municípios notamos a preocupação das autoridades de ensino em evitar a interferência política de vereadores chefes locais de partidos. Não pudemos testemunhar, porém de modo indubitável, a positividade dessa interferência. Também na esfera estadual, isso não nos pareceu evidente, quer pelo testemunho dos superintendentes de ensino, quer pelo dos professores.

Por outro lado, na organização da Secretaria de Educação e Cultura, conquanto seja de ressentir-se a inexistência de um órgão técnico e coordenador — um Departamento de Educação — verifica-se em ação o princípio de divisão funcional de trabalho, por meio de Superintendências de ensino, embora certas dessas Superintendências se não possam justificar muito bem, tendo em vista uma técnica exata de organização departamental. As que existem têm, todavia, relativa autonomia e responsabilidade técnico-administrativa.

Já a legislação que deve estar em vigor, toda ela posterior a 1946, segundo tivemos oportunidade de demonstrar, no capítulo referente à administração da escola primária, é nitidamente centralista.

14. Parece, entretanto, que a contradição entre a tendência dos fatos e as prescrições das leis e regulamentos, está despertando a consciência dos administradores sul-rio-grandenses. Assim é que, em vista de estudos feitos para a reorganização dos serviços administrativos da educação, resultarão maiores responsabilidades para as delegacias regionais a que se pretende atribuir a maior soma das tarefas relativas à administração do pessoal docente. Ainda em nome desses estudos, foi baixado decreto (nº 5.044, de 13-7-54) que avança os primeiros passos no sentido de futura municipalização do ensino. Trata-se de um primeiro ensaio, bastante tímido, ainda, pois que, estabelecendo a criação dos Conselhos Escolares Municipais, lhes dá apenas função consultiva e recomendativa, além de os subordinar, quer quanto a normas de trabalhos, quer quanto à constituição, ao Secretário de Educação e Cultura. Não têm, portanto, autonomia, nem função administrativa, a menos que

se realizem as condições muito especiais, sob critério da Secretaria, constantes do art. 4º, assim redigido:

“Nos Municípios, onde os Conselhos Escolares Municipais possam dispor de um órgão executivo especializado, mantido pelo respectivo Governo Municipal, e organizado nos moldes das Delegacias Regionais da Secretaria de Educação e Cultura, o Secretário poderá delegar ao Conselho Escolar Municipal o Secretário funções de competência daquelas Delegacias, na área de jurisdição do respectivo Conselho”.

Como se vê, por esse artigo, que é o que mais promete dentre todos os 11 que constituem o decreto, não se cogita ainda de uma descentralização efetiva. É apenas o despertar de uma consciência neste sentido. Aliás, pela Exposição de Motivos, do Secretário, verificamos que não se teve outro objetivo que esse despertar de consciência. É assim que se expressa aquela autoridade no 1º item da referida exposição:

“— a necessidade de criar e desenvolver, em todos os municípios do Estado, uma consciência mais profunda dos problemas de educação e ensino, por meio de campanhas locais, orientadas pela Secretaria de Educação e Cultura, a fim de capacitá-los, progressivamente, a assumir no futuro a administração autônoma da totalidade dos seus sistemas de educação elementar, etc.”

É possível que, a partir desse primeiro esboço de iniciativa descentralizadora, se origine nos municípios um movimento no sentido de torná-la efetivação concreta, assumindo os aspectos de um movimento reivindicatório.

15. O argumento básico que quase todos os administradores estaduais opõem à idéia de organizar a administração educacional em um sistema autônomo, com base em conselhos municipais, com poderes de controle e execução, é a de que os municípios talvez não se encontrem preparados para esse *métier*. Entretanto, em outros setores, os municípios se administram, realizando verdadeiros prodígios de equilíbrio orçamentário e de distribuição equitativa de verbas. No Rio Grande do Sul, vemos-os realizar obra educacional sem precedentes na história do Brasil, arcando com a maior responsabilidade de todo o ensino público, elementar, no Estado.

Também não se pode argüir o município de mais sujeito aos revezes da política partidária, pois, se ali as oposições se apresentam mais acerbas nas suas críticas e nos seus combates, isso tem sido fator benéfico, porque obriga a maiores cuidados e maior responsabilidade no trato das coisas públicas,

dada a repercussão mais direta que têm os fatos públicos sobre os contribuintes e os eleitores.

Além disso, se fôr adotada a fórmula dos conselhos municipais com organização apartidária e com autonomia administrativa, constituídos por pessoas representativas das diferentes classes sociais e de ilibada reputação, como o são, por exemplo, os conselhos administrativos das Santas Casas de Misericórdia e de diversas ordens religiosas, leigas e de beneficência, todos os possíveis inconvenientes do partidarismo político serão contornados. Seria, em última análise, chamar os próprios municípios a se interessarem pelo fundamental problema da educação e participarem da sua administração.

Os levantamentos de opinião que fizemos, ouvindo pais de alunos, segundo se expõe no capítulo VI, demonstram que o povo, embora apresente ainda alguma dificuldade de compreender o real significado que a educação escolar deve ter, sabe perfeitamente que ela é necessária e importante. Desde que sondado por meios convenientes e adequados à sua compreensão, consegue manifestar-se razoavelmente sobre a escola e seus problemas. Não há, pois, segundo pensamos, porque temer a autonomia dos conselhos municipais de educação. Por um sistema de convênios assinados entre o Estado e os municípios, e entre o Estado e o Ministério da Educação, seria possível dar início à execução dessa idéia, segundo o esquema transcrito a seguir, do trabalho apresentado à Conferência Nacional de Educação, realizada em Curitiba, de 7 a 13 de janeiro de 1954, sobre o problema de como financiar a educação do povo brasileiro, pelo Dr. Anísio Teixeira:

“Focalizados os delineamentos preliminares e mais gerais do problema, com sumários elementos de análise demográfica, estatística e comparativa, subentendidos os econômicos e sociais (subentendidos porque óbvios) e referências à delimitação constitucional dos recursos previstos em percentagens de receitas da União, dos Estados e dos Municípios, cremos que poderemos recapitular e passar a outros delineamentos, mais específicos, que formulamos como postulados numerados, embora ainda esclarecedores ou iluminativos do que virá a constituir um anteprojeto formal de plano concreto ou definitivo, para convênios entre os vários poderes públicos entre si e leis correspondentes.

1. Declara a Constituição Brasileira que a educação é um direito de todos.

Para ser atendido esse direito, torna-se indispensável a manutenção de um sistema de escolas públicas e gratuitas, para

tôda a população, que ofereça o mínimo de educação reputado necessário para a vida normal do brasileiro.

2. Esse “mínimo” está condicionado pelo desenvolvimento brasileiro e pelos recursos disponíveis da nação para a educação.

O desenvolvimento brasileiro impõe a escola primária de cinco anos para tôda a população urbana e, para a população rural, uma modalidade quicá e provisoriamente menos longa de educação fundamental. Além disto, cumpre aos poderes públicos promover a educação pós-primária e a superior para certo número de alunos aptos e sem recursos para custear a sua educação mais prolongada, além da obrigatória gratuita.

3. A manutenção de um sistema público e gratuito de escolas em tôda a nação representa um considerável esforço econômico, não se podendo conceber, portanto, nenhum desperdício, qualquer gasto supérfluo ou evitável em empreendimento de tal natureza e magnitude.

A experiência dos países mais bem sucedidos nesse empreendimento tem consistido em confiar aos poderes locais a manutenção das escolas, auxiliando-os com subsídios oriundos de outras ordens governamentais.

4. Temos, presentemente, cêrca de 19 milhões de população urbana e 33 milhões de população rural. Para os primeiros, será indispensável um sistema escolar de cinco anos, que atenderá a cêrca de quatro milhões de crianças, e para os segundos a educação menos extensa, talvez, ou de três anos, no mínimo, deverá atender a outros quatro milhões de crianças, pelo menos ou aproximadamente.

Um tal empreendimento exigirá: um exército de 130.000 professores, no mínimo, para as escolas urbanas; outros 130.000 para as escolas rurais; uma rede de prédios com 260.000 salas de aula e com equipamento e material didático comum para oito milhões de alunos. Admitido o custo mínimo por aluno de 600 cruzeiros por ano, teríamos que a nação precisaria despende 4 bilhões e oitocentos milhões de cruzeiros para o exclusivo custeio das suas escolas, primárias ou elementares, de 5 e de 3 anos mínimos fundamentais de currículo, sem levar em conta as necessidades de inversão de capital e tôdas as demais despesas de um modesto sistema escolar.

5. Trata-se, assim, de empresa que não pode ser atacada globalmente, mas pela unidade local (na órbita do município), em tórno dela conjugando-se os demais esforços, estaduais e federais, o que permitirá que se ajuste a escola às condições

econômicas locais — contingência a que não há fugir na realidade — e que os recursos das demais ordens governamentais se acrescentem a êsses recursos, e não os dupliquem ou não os desmoralizem dado o maior vulto dos seus montantes.

O empreendimento se desenvolverá gradualmente, à medida que as condições locais venham a tornar possível a sua expansão e melhoramento, numa situação real e não artificialmente imposta. Com efeito, aquêles números gerais, acima indicados, sofrem as alterações decorrentes das condições diversas de desenvolvimento, exigindo aqui mais e ali menos, já na zona urbana, devido aos diferentes níveis de progresso das cidades, já nas zonas rurais, devido à dispersão da população. Importa muito mais criar um serviço que tenha em si mesmo as possibilidades de desenvolvimento progressivo do que, de jacto, dar escolas perfeitas e acabadas, como simples amostras não estendidas, equitativamente, a tôda a população brasileira.

6. Presentemente, despende a nação cêrca de dois bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros na educação primária, o que não deixa de ser substancial.

Pretendemos conseguir a aplicação mais adequada dêstes recursos pela instalação de um mecanismo de financiamento de nosso sistema escolar capaz de lhe dar fôrças para um desenvolvimento automático e progressivo.

7. As despesas de educação representam o custo da manutenção das escolas e as inversões em prédios e respectivo aparelhamento permanente.

Teríamos progressos a fazer na aplicação dos recursos existentes, tanto em um campo quanto em outro.

8. Antes do mais, caberia transformar tais recursos em *fundos de educação*, com administração especial e autônoma.

Esta providência permitiria tratar êsses recursos como o patrimônio das crianças do país, a ser administrado para o seu máximo proveito e dentro de regras especiais, que tornassem difícil, senão impossível, qualquer desvio dos seus estritos objetivos educacionais.

9. O *Fundo Federal de Educação*, representado pelos 10% da receita tributária federal, constituiria a verba global mínima ou irreduzível do Ministério da Educação e Cultura, que se veria, dêste modo, transformado em sua estrutura, para poder atingir os seus objetivos com a flexibilidade e a autonomia necessárias.

Competindo-lhe administrar êsse *fundo*, destinado a custear o programa federal de educação, não poderia o dito Ministério ter a organização convencional dos demais, mas a de um órgão autônomo, com suas normas próprias e uma grande amplitude de ação no cumprimento dos seus fins de velar pela melhor formação nacional possível.

10. Os Estados e os Municípios, por sua vez, também passariam a administrar os seus recursos — 20% de suas receitas tributárias — como *fundos* respectivamente *estaduais e municipais de educação*.

Assim, em cada Estado, como em cada município, se transformariam os respectivos órgãos de educação em órgãos autônomos, com orçamentos próprios, mínima organização técnica adequada e autonomia administrativa, para gerir as partes correspondentes da renda e patrimônio do educando brasileiro.

11. Estabelecida, por êsse conceito de *Fundo de Educação*, a necessária autonomia de todos os recursos, como iríamos multiplicá-los para levar avante o plano de desenvolvimento crescente das escolas?

— *Primeiro*, separando-os em verbas de investimento e verbas de custeio, podendo estas representar as despesas com empréstimos escolares. Os orçamentos de educação, elaborados pelos órgãos autônomos, previriam uma parcela dos recursos dos respectivos fundos para empréstimos escolares de modalidades diversas, inclusive os de capitalização e, dêste modo, se multiplicariam as possibilidades de inversão e constituição dos seus patrimônios de prédios e equipamentos.

— *Segundo*, pelo ajustamento do custo das escolas às condições dos recursos locais. As escolas seriam municipais e o seu custeio se fundaria nos recursos dos fundos municipais, ajudados pelos auxílios estaduais e federal.

12. Duas idéias estariam contidas nessa sugestão de *fundos de educação* ou *fundos escolares*: a da integração dos recursos de origem federal, estadual e municipal em uma só obra conjunta de educação e a do ajustamento das escolas às condições econômicas locais. Tanto uma quanto outra concorreria para a maior produtividade dos recursos existentes.

Com efeito, as escolas passariam a ser locais e, dêste modo, a ser mantidas em condições desiguais, segundo os recursos dos municípios, mas, por isto mesmo, a serem mais numerosas, pois umas custariam menos do que outras. O Estado, por sua vez, não constituiria outro sistema escolar mais caro e paralelo ao municipal, mas ajudaria o município com um auxílio por

aluno matriculado, destinado a elevar o nível de seu ensino. E o Governo Federal, do mesmo modo, acorreria ainda em auxílio do município, dando-lhe algo que nem o Estado nem ele próprio poderia dar com os seus exclusivos recursos.

13. Já se pode ver, por aí, que ocorreria uma verdadeira multiplicação dos atuais recursos, constitucionalmente providos à educação nacional, já pelo ajustamento básico das escolas às condições econômicas de cada município, já pela utilização da idéia de empréstimo, que poderia ser aplicada em conjunto com financiamentos garantidos pelos três poderes, federal, estadual e municipal.

14. Necessário se faz, entretanto, indicar desde logo o funcionamento básico do sistema municipal de ensino. Cada município teria, como vimos, seu fundo escolar municipal. Este fundo seria dividido pelo número de crianças escolarizáveis do mesmo município. As escolas deveriam ser mantidas dentro dessa quota individual por aluno, isto é, o ensino deveria custar, por aluno, o que representasse a aludida quota. Essa quota-aluno responderia, pois, pelos salários ou vencimentos dos professores e pessoal de ensino, pelos prédios e sua conservação, pelo material didático, pelas atividades extraclasse e pelas despesas de empréstimos ou patrimoniais, na proporção que fôsse estimada mais adequada.

Tal seria o *soalho* do sistema escolar municipal. O *teto* seria o que pudesse ser atingido com os "*auxílios por aluno*" do Estado e da União. Estes últimos auxílios concedidos uniformemente a tôdas as crianças do Estado e do Brasil, conforme o caso, atuariam como fôrças uniformizantes ou equalizadoras do sistema, de todo o sistema escolar nacional.

15. Criado, em cada município, nessas bases, o sistema de escolas primárias necessário para as suas crianças, com os recursos municipais, o Estado partiria em seu auxílio por três meios: formando-lhe o professor e, dêste modo, assegurando a sua equivalência com o sistema dos outros municípios; dando-lhe assistência técnica e orientação, por meio de um corpo de inspetores escolares, com a missão antes de guiar e aconselhar que a de fiscalizar, e concedendo-lhes o "*auxílio financeiro*" por aluno destinado a permitir melhorar a qualidade do ensino e dar sentido real e eficácia à sua ação. Por último, o Governo Federal atuaria sôbre êsses serviços estaduais, com um mecanismo de assistência técnica e de auxílios financeiros como a dos Estados já melhora e sistematiza a ação dos municípios.

16. Pode-se ver que todo o país se estaria empenhado em um esforço comum pela escola fundamental brasileira, que, administrada pelo município, será em verdade, simultaneamente, municipal, estadual e federal, pois todos os três governos estariam a cooperar no seu desenvolvimento.

17. O sistema pode e deve expandir-se, gradualmente, à escola secundária e à superior, sempre, entretanto, conjugados os esforços comuns das três órbitas de governo.

A escola secundária, que já vem entrando nos hábitos da administração municipal, poderia, de logo, ficar com o município e as superiores, organizadas sempre com uma larga autonomia, ficariam a cargo dos Estados e da União. A esta caberia, ainda, a obrigação de criar e manter centros superiores de estudos de educação e a preparação ou o aperfeiçoamento de pessoal de alto nível para os Estados.

O ensino particular, sempre que organizado com o espírito de cooperar com o poder público, isto é, em empreendimentos sem intuito de lucro e com estatutos que não discriminem a sua clientela de alunos, seria considerado parte integrante do sistema público de ensino e auxiliado por um sistema de bôlsas para alunos desprovidos de recursos.

18. A máquina administrativa dêsse amplo, complexo e harmônico sistema compreenderia o *Conselho Escolar Municipal*, com o seu respectivo órgão executivo; o *Conselho Estadual de Educação e Cultura*, com um Departamento Estadual de Educação e Cultura como órgão executivo; e o *Ministério da Educação e Cultura*, organizado fundamentalmente sob a forma de um *Conselho*, com os respectivos órgãos executivos.

Os conselhos seriam, precipuamente, conselhos de administração dos fundos de educação, cabendo-lhes funções semi-legislativas, como as de aprovar os orçamentos e planos de trabalho e a de nomear os chefes dos respectivos departamentos, com exceção do federal, em que o Ministro de Estado seria o presidente do Conselho, com os poderes de propor ou nomear diretores dos órgãos de estudo e execução.

19. Os princípios de aplicação dos fundos de educação seriam os de sua melhor e mais eqüitativa distribuição pelos seus beneficiários — que são as crianças, os adolescentes e os estudantes de todos os níveis e ramos de ensino.

Sendo o ensino primário gratuito e obrigatório, a criança de 6 a 12 anos é a mais geral e a primeira beneficiária do fundo, devendo os recursos do fundo municipal ser divididos pelo seu número no município. A restrição admissível, por contingência, seria a de considerar sômente a criança escolar-

Sem querer examinar, aqui, tôdas as virtualidades do plano, aqui delineado e introdutõriamente esboçado, permiti-me, entretanto, que saliente quanto de unidade orgânica e não imposta se poderia obter com essa orientação, entre as três áreas de governo da República, a federal, a estadual e a municipal. A despeito da administração do ensino ficar confiada a cêrca de 2.000 municípios e 20 Estados, o plano seria um só. E nele os Municípios, os Estados e a União estariam conjunta e sòlidamente empenhados em esforços que mùtuamente se enriqueceriam. Presentemente, tais esforços, paralelos por vêzes dispersados ou dispersivos, quando não antagônicos, no mínimo, se duplicam estêrilmente e até se prejudicam ou se anulam.

Não estamos em condições de retardar êste ou outro plano equivalente, pelo qual possamos, não sòmente estender a educação a tôdas as crianças que dela precisem e que a estão exigindo, mas ensejar aquêle mínimo de condições adequadas, por meio do qual a escola pública venha a constituir a verdadeira solução do problema para a nação.

Euclides da Cunha costumava dizer que a nossa alternativa era "Progredir ou perecer". Hoje, a nossa alternativa é "Progredir e perecer" ou "Progredir e... não perecer", o que só conseguiremos se nos dispusermos a preparar e planejar as etapas sucessivas do nosso progresso espontâneo e acelerado. Do contrário, o próprio progresso, desordenado e anárquico, nos fará submergir no cáos."

ÍNDICE

	Págs.
CAPÍTULO I: ASPECTOS CULTURAIS DO RIO GRANDE DO SUL: 1. Expressão comum e imprópria, relativa a duas subáreas culturais; 2. Três subáreas culturais, com possibilidade de indicação de outras; 3. Subárea rio-grandense original; 4. Subárea gaúcha; 5. Subárea colonial; 6. Os italianos e a expansão colonial; 7. Contribuição cultural das colônias; 8. Diversificação local e unidade regional; 9. Ambiente educacional; 10. Aspectos demográfico-culturais; 11. Instituições culturais	25
CAPÍTULO II: ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA EDUCAÇÃO: 1. A instrução pública durante o Império; 2. Alguns dados estatísticos sôbre a dinâmica quantitativa do ensino no Rio Grande do Sul; 3. A organização administrativa da educação há 15 anos; 4. Situação atual da organização administrativa da educação e cultura; 5. O Conselho Estadual de Educação; 6. O processo de departamentalização; 7. Pesquisas e orientação educacionais; 8. Valores positivos da organização administrativa da Secretaria da Educação	28
CAPÍTULO III: DESPESAS COM EDUCAÇÃO E CULTURA: 1. Situação econômica do Estado; 2. Despesas gerais com educação e por aluno, do Estado e dos municípios; 3. Custeio do ensino primário; 4. Tendências atuais	54
CAPÍTULO IV: A ADMINISTRAÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA: 1. Uniformidade e diferenciação; 2. A Superintendência do Ensino Primário; 3. O ensino primário em face da legislação estadual; 4. Os municípios e a escola primária; 5. Os objetivos da escola primária; 6. O ensino primário rural	64
CAPÍTULO V: ASPECTOS NUMÉRICOS E MATERIAIS DA ESCOLA PRIMÁRIA: 1. Descrição numérica das unidades e classes escolares. Critérios gerais; 2. Os prédios escolares	91
CAPÍTULO VI: ASPECTOS FUNCIONAIS E QUALITATIVOS DA ESCOLA PRIMÁRIA: 1. O currículo e sua execução; 2. Repetência e aproveitamento escolares; 3. Freqüência e evasão escolares; 4. Os pais e a escola	119

CAPÍTULO VII: O PROFESSOR PRIMÁRIO E SUA FORMAÇÃO: 1. Aspectos gerais; 2. As escolas normais; 3. Uma reforma em perspectiva; 4. As escolas normais do interior; 5. As escolas normais rurais; 6. Aspectos da iniciativa particular; 7. Distribuição geográfica das unidades de ensino normal; 8. Perfis e ideais do magistério primário; 9. As professoras municipais; 10. Ambientação e participação social das professoras	164
CAPÍTULO VIII: O ENSINO DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR: O ensino secundário; 2. O ensino profissional; 3. A Escola Técnica Parobé; 4. Escola Técnica de Agricultura; 5. Escola Técnica Ernesto Dornelles; 6. Escola Artesanal Cilon Rosa; 7. Sinopse estatística do ensino médio no Rio Grande do Sul; 8. Universidade do Rio Grande do Sul; 9. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Pôrto Alegre	191
CAPÍTULO IX: SINOPSE ESTATÍSTICA: 1. Resultados gerais do Rio Grande do Sul; 2. Ensino não-primário; 3. Estatísticas culturais; 4. Migração de sul-rio-grandenses	209
CAPÍTULO X: RESUMO E CONCLUSÕES GERAIS SOBRE A ESCOLA ELEMENTAR E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PRIMÁRIO	242





